

CAMINHOS DA LIBERDADE

**história e memória dos
quilombolas da Tabacaria**

FRANCISCA MARIA NETA


EDITORA
OLYVER

CAMINHOS DA LIBERDADE

história e memória dos
quilombolas da Tabacaria

DIREÇÃO EDITORIAL: Maria Camila da Conceição
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira
IMAGEM DE CAPA: Francisca Maria Neta

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora Olyver
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05
Antares, Maceió - AL, 57048-230
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S154p

MARIA NETA, Francisca.

Caminhos da liberdade: história e memória dos quilombolas da Tabacaria.
[recurso digital] / Francisca Maria Neta – Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

ISBN: 978-65-81450-37-3

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. Identidade. 2. Memória. 3. Patrimônio. 4. Quilombo. 5. Território. I. Título.

CDD: 981

Índices para catálogo sistemático:

1. Historia do Brasil 981

FRANCISCA MARIA NETA

CAMINHOS DA LIBERDADE

história e memória dos
quilombolas da Tabacaria

Maceió-AL
2021


OLYVER

DIREÇÃO EDITORIAL

Maria Camila da Conceição

COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Brasil)

Prof. Dr. Moisés Monteiro de Melo Neto

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Profª Drª. Ana Cristina de Lima Moreira

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Dra. Denize dos Santos

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Profª Drª. Nara Salles

Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

Profª Drª. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira

Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar

Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

Profª Drª. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Profª Me. Deisiane da Silva Bezerra

Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE (Brasil)

Profª Drª. Iraci Nobre da Silva

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Me. Gisely Martins da Silva

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Augusto César Acioly Paz Silva

Universidade Federal de Pernambuco | UFPE (Brasil)
Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde | AESA-CESA (Brasil)

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva

Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)
Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

Prof. Dr. Nalfran Modesto Benvinda

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Hélder Manuel Guerra Henriques

Professor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do
Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

Prof^a Dra. Maria Aparecida Santos e Campos

Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen, UJAEN, (Espanha)

Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D

Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

Prof^a Dra. Marta Isabel Canese de Estigarribia

Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y
Políticas | Asunción (Paraguay)

Dedico aos meus ancestrais de matriz afro-brasileira, em especial à Faustina, minha bisavó negra, escravizada e alforriada.

À minha mãe Maria Joana, mesmo sem saber ler e escrever, desde meu primeiro dia no jardim da infância, me fez entender que esse era um caminho sem volta. Mamã, a “senhora” foi fundamental para meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu pai Antônio Abílio, que na condição de analfabeto, porém, de uma sabedoria imensurável, ficaria imensamente orgulhoso de mim. Papai, solicite aos anjos que preparem uma linda festa, pois sua filha agora será uma professora/mestra.

Sei que do andar de cima vocês estão cuidando de mim. Todas as minhas conquistas são suas também: Amo vocês infinitamente!

Nunca tinha ouvido falar em quilombola, mas veio uma doutora dizer que sou quilombola, que descendemos de Zumbi dos Palmares e que temos direito a um pedaço de terra. Daí começou toda a explicação de nosso direito, e a gente começou a entender isso.

*Hoje temos um pedaço de terra e tamo na boca do céu.
(Quilombola Gerson Paulino dos Santos, 2013)*

LISTA DE FOTOS

| | |
|---|-----|
| Foto 01: Lenda da Fundação de Palmeira dos Índios..... | 36 |
| Foto 02: Bandeira de Palmeira dos Índios..... | 37 |
| Foto 03: Brasão de Palmeira dos Índios..... | 37 |
| Foto 04: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.. | 43 |
| Foto 05: Palmeira dos Índios quer ter ferrovia..... | 48 |
| Foto 06: Estação de Trem de Palmeira dos Índios..... | 50 |
| Foto 07: Vista Panorâmica de Palmeira dos Índios/AL..... | 54 |
| Foto 08: Xangô em Palmeira dos Índios..... | 56 |
| Foto 09: Barragem da Aldeia Indígena Mata da Cafurna.. | 58 |
| Foto 10: Cristo Redentor na Serra do Goití..... | 60 |
| Foto 11: Casa Museu Graciliano Ramos..... | 61 |
| Foto 12: A presença Negra no Museu Xucurus..... | 63 |
| Foto 13: Reunião de trabalhadores rurais..... | 71 |
| Foto 14: Vista panorâmica do território Tabacaria..... | 75 |
| Foto 15: Moradores da Tabacaria | 78 |
| Foto 16: Significado de ser quilombola..... | 80 |
| Foto 17: Banda de Pífano..... | 89 |
| Foto 18: Dona Vicentina | 90 |
| Foto 19: Grupo de Reisado da comunidade Tabacaria..... | 96 |
| Foto 20: Dona Maria do Candomblé..... | 97 |
| Foto 21: Crianças quilombolas..... | 103 |
| Foto 22: Furna dos Negros..... | 105 |
| Foto 23: Assembleia de Regularização do Território | 107 |
| Foto 24: Barracos de lona..... | 112 |

| | |
|---|-----|
| Foto 25: Casa de taipa..... | 114 |
| Foto 26: Território proposto para a Tabacaria..... | 117 |
| Foto 27: Certificado de reconhecimento da Tabacaria..... | 119 |
| Foto 28: Título da posse da terra coletiva da Tabacaria..... | 120 |
| Foto 29: Casa de alvenaria com cisterna..... | 123 |
| Foto 30: O horizonte da liberdade..... | 126 |
| Foto 31: Casas de quilombolas não reconhecidos..... | 129 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|-----|
| Mapa 01: Carta Corografica de 1893 do Estado de Alagoas... | 32 |
| Mapa 02: Deslocamento da Serra da Barriga à Tabacaria..... | 45 |
| Mapa 03: Mesorregiões do Estado de Alagados..... | 52 |
| Mapa 04: Territórios Quilombolas em Alagoas..... | 72 |
| Mapa 05: Localização da Comunidade Tabacaria..... | 82 |
| Mapa 06: O Uso do Território da Tabacaria..... | 122 |
| Mapa 07: Elementos Itentitários da Tabacaria..... | 127 |

APRESENTAÇÃO

“Hoje temos um pedaço de terra e tamo na boca do céu”

Tiago da Silva Cesar..... 13

PREFÁCIO

Flavio José Gomes Cabral..... 20

INTRODUÇÃO

Uma proposta metodológica em construção..... 23

FORMAÇÃO TERRITORIAL DE PALMEIRA DOS

ÍNDIOS..... 31

1.1 O vale da promessa..... 34

1.2 O vale das incertezas..... 44

1.3 O vale de lágrimas..... 51

DISPUTAS DE MEMÓRIAS E CONFLITOS

IDENTITÁRIOS..... 67

2.1 As marcas da escravidão..... 68

2.2 As memórias de um passado negado..... 74

2.3 A identidade coletiva na construção de um lugar social..... 87

RESISTÊNCIAS DOS QUILOMBOLAS DA

TABACARIA..... 99

3.1 O processo de mobilização por reconhecimento..... 101

3.2 A conquista pela posse da terra..... 115

3.3 As políticas de proteção social..... 124

CONCLUSÃO: algumas considerações..... 131

REFERÊNCIAS..... 136

POSFÁCIO

A narrativa histórica sob o signo da resistência..... 148

APRESENTAÇÃO

“Hoje temos um pedaço de terra e tamo na boca do céu”

É de longe sabido que toda produção de conhecimento em história que se preze não é fruto de um dia. São anos a fio de leituras, anotações, visitas e consultas a arquivos, criações de ficheiros/pastas em nossos, hoje, inseparáveis microcomputadores, formando as bases de dados e tratando as informações necessárias para a análise propriamente dita. Mas também são anos a fio de aulas, conversas, orientações, trocas e discussões, participações em eventos e variadas produções científicas. Para quem já conhece a autora, é fácil perceber o peso de seu percurso formativo nesta obra. Além disso, a historiadora Francisca Maria Neta é professora e pesquisadora engajada, com uma caminhada compromissada com o passado, mas principalmente com o seu presente, tal como se pode observar pelo objeto de pesquisa escolhido.

Francisca fez jus aos ensinamentos acerca da importância da interdisciplinaridade, buscando e usando instrumentos que a aproximam bastante de uma leitura histórico-antropológica dos quilombolas da comunidade da Tabacaria. Cada parágrafo revela uma acurada atenção aos vestígios históricos daquele povo, mas também sensibilidade às suas figuras vívidas, com seus sons, olhares, vozes e cicatrizes, adereços, indumentárias e práticas culturais herdadas ou ressignificadas.

Encontramos a marca de seu olhar histórico-antropológico logo na epígrafe, extraída da fala do quilombola Gerson Paulino dos Santos, reproduzido a continuação:

nunca tinha ouvido falar em quilombola, mas veio uma doutora dizer que somo quilombola, que descendemos de Zumbi dos Palmares e que temos direito a um pedaço de terra. Daí começou toda a explicação de nosso direito, e a gente começo a entender isso. Hoje temos um pedaço de terra e tamo na boca do céu. (Quilombola Gerson Paulino dos Santos, 2013).

Mas esse trecho permite, ademais, pensar o próprio poder da palavra, ou, como se prefere na academia, do discurso. Há quem pense que o discurso é mero reflexo do “real”, portanto, de algo que já existe previamente, e, por isso mesmo, pouco ou nada importante para a análise histórica. Mas o expressado pelo Sr. Gerson demonstra justamente o contrário, servindo de prova-exemplo de como se opera uma mediação discursiva. Observe-se que a partir da experiência humana da exclusão social, produto da desigualdade de uma sociedade hierquizada, racista e repressora, somada e compreendida através de um determinado discurso conformado por conceitos caros ao coletivo, permitiu não somente uma (re)ação de autoidentificação étnica como possibilitou as bases lingüísticas para o desenvolvimento de uma luta muito mais organizada e focada no autorreconhecimento enquanto remanescentes de quilombolas e do que isso representava ou poderia representar em ganhos para a comunidade.

Mas como a autora assinala, esse processo não foi mecânico e fácil:

o entendimento do que é ser quilombola, um conceito elaborado e discutido nos espaços acadêmicos e apropriado pelos grupos políticos e partidários, não eram compreendidos pelos povos negros, tanto rurais quanto urbanos. Os negros sentiam na pele e compreendiam a discriminação racial, a desigualdade social e a violência física e simbólica. Assumir-se enquanto quilombola, no processo de autoidentificação foi imensuravelmente doloroso, pois as lembranças do passado eram compadecidas de sujeitos escravizados.

Vale resgatar um texto antigo de Joan W. Scott em que afirma: “Tratar a emergência de uma nova identidade como um acontecimento discursivo não é introduzir uma nova forma de determinismo lingüístico, nem é privar sujeitos de serem agentes. É recusar uma separação entre ‘experiência’ e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso” (1998, p. 319). Talvez agora valha a pena lermos novamente o início do depoimento do Sr. Gerson, de 2013: *“Nunca tinha ouvido falar em quilombola, mas veio uma doutora dizer que sou quilombola, que descendemos de Zumbi dos Palmares e que temos direito a um pedaço de terra. Daí começou toda a explicação de nosso direito...”*.

Como diria Miguel Ángel Cabrera,

el lenguaje no se limita a transmitir el pensamiento o a reflejar los significados del contexto social, sino que participa en la constitución de ambos. [...] la única manera de superar las insuficiencias explicativas del esquema dicotómico es dejar de concebir al lenguaje sólo como vocabulario y comenzar a tratarlo también como un patrón de significados que toma parte activa en la constitución de los objetos de los que habla y de los sujetos que lo encarnan y lo traducen en acción (2001, p. 56).

Nesse sentido, complementaria o autor um pouco mais adiante, ao dizer que “el lenguaje no proporciona simplemente a los individuos el vocabulario mediante el cual éstos formulan sus intereses sociales, sino que es el que les permite concebir a los intereses sociales mismos” (2001, p. 103).

Como se expressa nas palavras do Sr. Gerson, foi somente após a compreensão e apropriação de um determinado vocabulário que se tornou possível formular e conceber os interesses sociais comuns. Parafraseando a Koselleck, para a conquista daquilo que se considerava “direitos”, outra palavra constante no depoimento do quilombola, foi necessário formulá-los primeiramente na linguagem, “justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível denominá-los” (2006, p. 102).

Ao nosso modo de ver, o presente estudo é em grande parte fruto do esforço por compreender e analisar a toma da palavra por um coletivo de pessoas remanescentes de quilombolas, que, ao fazê-lo, se autorreconheceram enquanto tal e construíram a partir daí uma comunidade, a da Tabacaria, situada na zona rural do município de Palmeira dos Índios, em Alagoas. Não em vão, uma vez localizada essa toma da palavra, espalhou-se no levantamento exaustivo das experiências coletivas resultantes da luta por um “pedaço de terra” que os deixou na “boca do céu”.

Como argutamente observara a autora, logicamente que essa luta não se travou de maneira linear e sem altos e baixos. Por isso seu interesse em compreender “as disputas de memórias” da construção identitária da comunidade em relação ao próprio processo que

culminou no reconhecimento e conquistas territoriais. Acredito que é esse o entendimento que acabou por estruturar o percurso de análise de Francisca, já que ela inicia situando os leitores acerca da formação histórico-social e econômica do espaço onde futuramente daria lugar à organização da comunidade. E, em seguida, passa à discussão, utilizando suas próprias palavras, das disputas de memórias e dos conflitos identitários dos quilombolas da comunidade da Tabacaria.

Francisca não aborda a história dos homens e mulheres da Tabacaria no passado, mas sim no tempo, um tempo histórico, que se conecta ineludivelmente com o presente. E daí a idealização e produção de um audiovisual intitulado *Tabacaria*, pela Calunga Produções Audiovisuais, disponível no YouTube, no qual podemos conhecer parte dos seus entrevistados e observar detalhes da organização comunitária estudada, além de aspectos socioculturais e religiosos. A história da comunidade da Tabacaria se coloca também como um desafio para as novas gerações.

Na mesma toada e fechando a obra, a autora adentra e destrincha o processo de mobilização, autoidentificação, certificação e posse da terra quilombola. Novamente, não há como não observar a importância da Carta Constitucional de 1988, base legal e discursiva que amparou e possibilitou a própria luta, embora a “boca do céu” só se tenha aberto durante os governos petistas, entre 2003 e 2014. Conforme a própria pesquisadora, foi “nesse período que os quilombolas foram beneficiados com aposentadoria, bolsa escola, construção de casas e cisternas, e outros benefícios sociais”, perceptíveis alguns deles nas imagens distribuídas pelo livro e em

movimento e som no audiovisual anteriormente mencionado.

Este estudo é sem dúvida uma contribuição à historiografia acerca das comunidades remanescentes de quilombolas, mas, como não poderia ser diferente, também constitui uma retribuição acadêmica ao acolhimento dado à pesquisadora pelos moradores e lideranças da Tabacaria. Francisca é consciente disso quando afirma que “a constatação das políticas de reparação e de direitos sociais e proteção social dos povos quilombolas não foram suficientes. O caminho até então percorrido demonstra que ainda existe uma longa estrada a ser atravessada”.

Em um momento de contestação e destruição de direitos adquiridos e de obstrução ou aniquilamento das leis que permitem canalizar uma luta social pelos meios cívico-políticos, em prol da conquista da cidadania, obras como a que temos em mãos também servem para desacomodar e não nos deixar esquecer que, num país como o nosso, ainda há muitas estradas a se percorrer e muitas bocas do céu a se abrir.

Garça Real, 09 de julho de 2021.
Tiago da Silva Cesar
PPGH-Unicap

REFERÊNCIAS

CABRERA, Miguel Ángel. *Historia, Lenguaje y Teoría de la Sociedad*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo: EDUC, n. 16, fev., 1998, p. 297-325.

PREFÁCIO

Este livro de Francisca Maria Neta é fruto de uma exaustiva pesquisa apresentada ao Mestrado Profissional de História da Universidade Católica de Pernambuco que estudou a história, o cotidiano e a cultura dos quilombolas da Tabacaria em Alagoas, primeira comunidade quilombola a ser certificada e reconhecida naquele estado.

A autora não é marinheira de primeira viagem: há muito se dedica incansavelmente à pesquisa de história publicando artigos e livros e, como docente da Universidade Estadual de Alagoas, tem desenvolvido projetos importantes na sua área. Com perspicácia, Francisca conseguiu mover montanhas para arrancar das falas dos quilombolas da Tabacaria aspectos importantes de seus cotidianos e a eles deu publicidade neste livro. Além da pesquisa empírica, ela se debruçou em documentos, mapas, entrevistas e extensa bibliografia. E, com todo o rigor que se exige em investigações como esta, a pesquisa é do tipo artesanal, a exemplo dos trabalhos executados em ateliês por tecelões, bordadeiras e rendeiras – tipos de atividade que, para o historiador Durval Muniz, se aproximam do universo feminino.

O livro tem muitos encantos, a começar pelo título “Caminhos da liberdade”, e eles estão nas histórias de vida, até então invisíveis, aqui registradas por seus protagonistas negros e negras. Tirar esse povo das brumas do esquecimento e lhes dar destaque foi um dos maiores feitos da pesquisa. Os atores dessas histórias, ante sua posição de gente negra e excluída, nada sabiam sobre a importância de serem

gente quilombola, como atesta o sr. Gerson Paulino dos Santos:

nunca tinha ouvido falar em quilombola, mas veio uma doutora dizer que somos quilombola, que descendemos de Zumbi dos Palmares e que temos direito a um pedaço de terra. Daí começou toda a explicação de nossos direitos, e a gente começou a entender isso. Hoje temos um pedaço de terra e tamos na boca do céu.

As palavras do Sr. Gerson mostram a realidade dos descendentes das várias gentes escravizadas que se fixaram em Alagoas em tempos coloniais e que ajudaram a espalhar ali e por esses brasis as múltiplas Áfricas que carregavam consigo. Povo silenciado, mas guerreiro, que não se subjugou, mesmo sucumbido ao mandonismo dos chefes patriarcais durante o pós-abolição. Privados de cidadania, esbulhados da terra, continuaram privados de direitos. A conquista da terra tão sonhada por seus pais seria finalmente concretizada com o título de posse em 20 de novembro de 2016, quando muitas famílias passaram a receber do Governo Federal benefícios sociais como bolsa-família e bolsa-escola. O sonho de habitar casa digna viria um ano depois, com a construção de casas de alvenaria e cisternas. Apesar de serem detentores do título de posse da terra, os membros da comunidade padecem de outros problemas, como saúde, assistência técnica e social, e com isso correm o risco de um retorno ao passado de invisibilidades e perdas identitárias.

Para narrar estas e outras trajetórias da comunidade da Tabacaria, a autora dividiu o livro em três capítulos, que procuram abarcar a história de Alagoas e a formação do município de Palmeiras dos Índios, os conflitos e as marcas da escravidão e, por último, as resistências dos quilombolas alagoanos pela posse da terra e pelas

políticas sociais. Este livro é um primor para se conhecer a história do Brasil longe dos holofotes das grandes batalhas e de nomes de pessoas proeminentes. Seu foco é a história de outro Brasil: o rural, povoado por pessoas praticamente anônimas, que foram invisibilizadas por serem negras e pobres. É uma história marcada por lutas e resistências. Este trabalho contribui efetivamente para preencher lacunas no que tange à luta dos quilombolas brasileiros por seus direitos.

Recife, 13 de julho de 2021.
Flavio José Gomes Cabral
PPGH-Unicap

uma proposta metodológica em construção

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam anil, ensaboam e torcem uma vez, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa, A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, , 2009, n/p.

O estudo sobre os quilombos contemporâneos no Brasil é fundamental para compreender o processo de luta dos povos negros em busca da cidadania. O contexto social de suas lutas possibilita um entendimento mais amplo da historicidade do negro, em especial, da virada do século XX para o século XXI.

O propósito neste trabalho é fazer uma reflexão acerca dos remanescentes de quilombos do Povoado Tabacaria, situado na zona rural do município de Palmeira dos Índios/AL. Pretende-se compreender como as disputas de memórias e as construções identitárias são balizadas para o reconhecimento e conquistas territoriais dos povos herdeiros de escravizados que lutaram pela liberdade.

A partir dos debates na Constituinte de 1988 e a efervescência política na agenda das minorias as lutas quilombolas passam a ser incorporadas às demandas das políticas públicas. As atuais comunidades remanescentes de quilombos no Brasil estão de Norte a Sul do país. A articulação política quilombola é identificada pela luta por reconhecimento, cidadania, terras e políticas públicas.

As disputas pelas memórias de negros escravizados para o reconhecimento de direitos e reparação de dívida social foram impulsionadas a partir da promulgação da Constituição de 1988. Os remanescentes quilombolas da Tabacaria, desde o final dos anos de 1990, vêm travando uma luta com os fazendeiros locais pelo direito à posse da terra e reparação da dívida histórica dos descendentes de povos escravizados.

A análise está ancorada nos conceitos de memória, identidade e território, através da perspectiva da História Cultural a partir de referências bibliográficas. Assim, busca-se entender a construção identitária alinhavada pelo cotidiano de cada indivíduo a partir de relatos de memórias individuais que configuram o território pertencente a um grupo social guardião de uma memória coletiva no processo da construção de um território quilombola.

O território é entendido como um espaço no qual as ações sociais e culturais são representadas nas práticas sociais. Essas discussões e reflexões sobre as rupturas nas relações sociais, políticas, econômicas na vida dos negros são de fundamental importância para compreender as mudanças ocorridas no atual cenário político nacional e o quanto aumenta a vulnerabilidade dos menos favorecidos.

A pesquisa realizou uma investigação sobre a maneira como os integrantes da Comunidade Quilombola Tabacaria percebem suas formas de manifestações culturais, seus hábitos e costumes e como estes estabelecem vínculos com o território habitado, considerando que tais percepções são os reflexos do seu cotidiano e das suas práticas enquanto construção coletiva.

O percurso metodológico consistiu no uso de procedimentos técnicos a partir da pesquisa historiográfica, de caráter qualitativo, baseado na história oral, documental, imagética e na pesquisa de campo. A proposta consistiu em realizar um trabalho utilizando diferentes fontes que possibilitaram identificar aspectos materiais e imateriais do objeto de pesquisa proposto. Certamente é impossível estudar o passado sem a referência de uma cadeia de intermediários, incluindo não apenas os primeiros historiadores, mas também os arquivistas que organizam os documentos, os escribas que os escreveram e as testemunhas cujas palavras foram registradas. (BURKE, 2017)

A operação historiográfica se estabelece a partir de um cenário social, espacial e uma temporalidade historicamente construída pelos homens e mulheres. O historiador se apresenta, tal como o padeiro que, com aparas das atitudes, dos costumes, das ações das massas, fermenta novas imagens do tempo. E a História, tal como o pão, alimenta nossas vaidades, mas também, explica e justifica nossas desigualdades e diferenças sociais; as injustiças, os crimes, os estigmas, as amarguras da labuta e da vida coletiva. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019)

Os estudos da historiografia contemporânea têm lançado mão de outros procedimentos metodológicos e técnicos de investigação, além de documentos escritos. A interdisciplinaridade dos campos de saberes amplia os olhares sobre o passado e associada às fontes documentais, as fontes orais vêm ocupando um lugar de destaque nas pesquisas historiográficas.

O uso da história oral tem crescido consideravelmente nas pesquisas históricas, principalmente quando se trata de uma história não documentada. A associação de uma variação de fontes sejam documentais, orais ou imagéticas é essencial para evidenciar as questões propostas para compreender a realidade estudada. Portanto, só convém recorrer à metodologia da história oral quando os resultados puderem efetivamente responder às nossas perguntas e quando não houver outras fontes disponíveis – mesmo entrevistas já realizadas – capazes de fazê-lo (ALBERTI, 2004).

Como a história oral não é suficientemente capaz de dar conta do universo na pesquisa histórica, o uso de fontes documentais é fundamental para legitimar os dados pesquisados, sejam documentos oficiais, arquivísticos, jornais ou pessoais. Os registros documentais, de certa maneira, apresentam, nas entrelinhas, práticas cotidianas dos indivíduos ou grupos sociais, mesmo em sociedades pouco letrada. É imperativo, por meio de palavras, desvendar outra coisa que não a simples descrição de condição de vida e evitar pensar que uma cultura popular só se forja a partir de atitudes, de condutas e de reações. (FARGE, 2009)

Os estudos referentes aos povos que não possuem registros passam a ter relevância na historiografia contemporânea com a utilização de metodologias baseadas em fontes orais, expressões e imagens. Para entender as práticas identitárias da comunidade Tabacaria, faz-se necessário enveredar pelos meandros da história local como instrumento metodológico para a compreensão dos aspectos que envolvem a realidade estudada. Assim, a história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ela a encontra dobrando a esquina e descendo a rua (SAMUEL, 1990).

Para compor a descrição histórica da referida comunidade, a proposta metodológica fundamenta-se em fontes documentais: levantamento de dados (IBGE¹ e INCRA²) a partir de análise de documentos oficiais de cartórios, jornais, acervo histórico, catalogação e tratamento de imagens, fotografias e documentários; fontes orais: entrevistas semiestruturadas com as principais lideranças e anciãos, observação de práticas como as danças, músicas, hábitos, costumes, linguagens e religiosidades, bem como aspectos da tradição oral, história de vida e patrimônio histórico imaterial para dialogar com o quadro conceitual desta pesquisa.

A pesquisa de campo foi dividida em dois formatos: primeiro, visitas permanentes a comunidade no intuito de conhecer e estabelecer um diálogo de confiança e responsabilidade com os sujeitos da

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

pesquisa. Este processo iniciou-se em 2013, estimulada pela orientação de um Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, no qual a graduanda lançou um olhar sensível para os quilombolas, estimulando a construção de um projeto de extensão na comunidade. Segundo, a realização de entrevistas com 08 quilombolas em momentos e situações diferentes, além de 02 entrevistas: uma com professor Zezito Araújo, Secretário de Governo da Proteção das Minorias no período de 2001 a 2005 e outra com Maria Bernadete Lopes da Silva, Diretora de Proteção do Patrimônio Afro Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, no período de 2003 a 2008.

Foram analisados mecanismos usados pelos quilombolas para justificar a sua identificação como comunidade tradicional e desfrutar dos benefícios de proteção social, assim como entender a luta pela cidadania referendada na legislação vigente enquanto instrumento primordial para entender o protagonismo dos povos tradicionais. Portanto, a pesquisa buscou, essencialmente, identificar os aspectos identitários dos quilombolas e seus vínculos memoriais com a cultura afro-brasileira no processo de territorialização da comunidade.

Este livro está dividido em três capítulos; o primeiro capítulo trata da formação social de Palmeira dos Índios, apresentando aspectos históricos, econômicos, religiosos e culturais, desde sua fundação até a contemporaneidade, para compreender as tramas estabelecidas para enxergar o lugar do negro na estratificação social e, principalmente, entender as disputas étnicas entre índios, negros e o colonizador.

No segundo capítulo foi tratado sobre as disputas de memórias e os conflitos identitários dos quilombolas da comunidade Tabacaria, enfatizando como as marcas da escravidão estão presentes nos negros na contemporaneidade. Para isso, se verificou como as memórias de um passado escravocrata influenciam nas práticas culturais, assim como, a construção da identidade são remetidas às memórias do passado na construção de um território e de um lugar social.

Já no terceiro capítulo foi discutido sobre o processo de mobilização, autoidentificação, certificação e posse da terra quilombola, abordando aspectos da resistência daquele povo que foi escravizado, fugitivos de maus tratos e engajados na resistência e luta por liberdade. Neste sentido, identificou-se como as disputas e conquista da posse da terra, contextualizada num momento da história nacional, coincidente com as gestões de governos do Partido dos Trabalhadores-PT, permitiu a reparação de uma dívida histórica para com os povos negros, assim como, fomentou a implementação de políticas de proteção social via um processo democrático de consolidação da cidadania.

Nesse contexto, o mergulho no universo dos quilombolas da comunidade Tabacaria, necessitou de adentrar nas veredas do alto da serra onde habita um povo descendente de escravizados, que por um longo período, foi sucumbido aos mandos dos ditos donos da terra. Porém, a resistência é uma marca presente na sua condição humana e, por essa razão, sobreviveu a todas as formas de perseguição e injustiça social.

Descrever memórias relatadas por outrem é uma tarefa que requer desprendimento dos rigores cronológicos e metodológicos definidos no metiê do historiador, porém abre um canal de proximidade entre o vivido e o relatado, criando vínculos entre o sujeito que pesquisa e o sujeito da pesquisa. Nessa seara,

sinto dificuldade de escrever estas memórias em ordem cronológicas. As memórias não pertencem ao calendário, com datas, dias e horas. Elas vêm e vão. São esparsas, fugidias, fragmentárias, pedaços de películas, ou como diria um poeta, celuloide do hiposulfito da saudade.

Ivan Barros (Abrindo a janela do tempo: memória e história, 2006, p. 24)

FORMAÇÃO TERRITORIAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

A formação histórica de Alagoas inicia-se antes da sua emancipação de Pernambuco em 1817, vinculada às estratégias de ocupação. O território ocupado pelos portugueses no período colonial era habitado pelos povos indígenas, oriundos tanto do grande sertão quanto do litoral nordestino. Assim, “no século inicial de colonização, os portugueses tiveram de enfrentar a resistência indígena contra a invasão de seu espaço [...]” (CARVALHO, 2016, p. 12). A resistência passou a ser uma característica dos povos tradicionais de Alagoas, inicialmente com os indígenas e, posteriormente, com os negros.

As terras referentes aos territórios de Alagoas e apropriadas pelos portugueses, mesmo pertencentes à Capitania de Pernambuco no período colonial, desde sua formação, tiveram um caráter cultural singular, com a construção de uma identidade pertencente ao povo alagoano, portanto, peculiar ao que pode ser denominada de Alagoas Colonial.

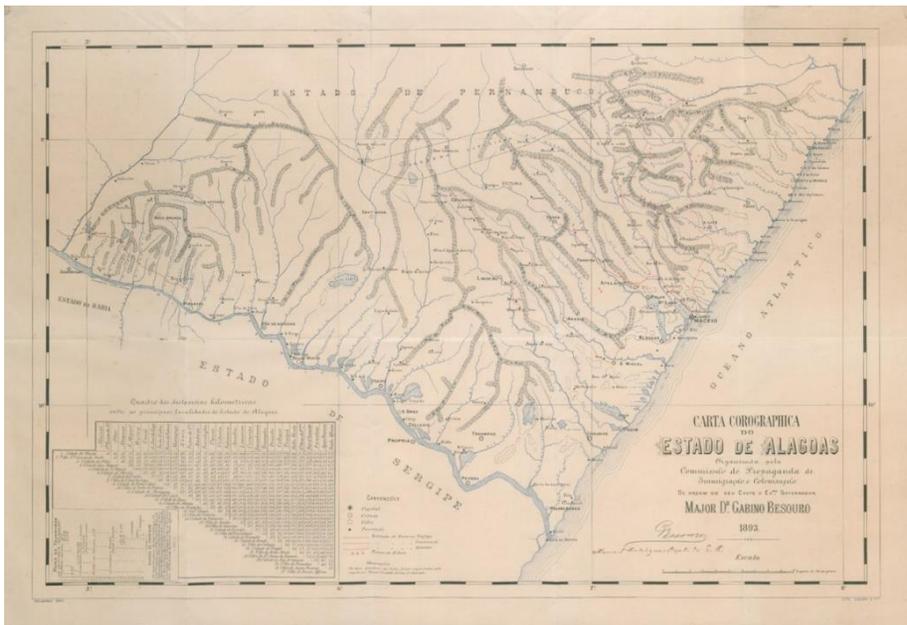
No processo de formação territorial, as terras atualmente pertencentes a Alagoas, pertenciam no período colonial a Capitania de Pernambuco. No entanto, esse espaço já apresentava uma historicidade com aspectos específicos e fundantes de uma identidade essencialmente sua.

A formação territorial de Alagoas, apesar de ter seu marco como província independente, em 16 de setembro de 1817, coincide com a formação do Brasil colonial, a partir da ocupação do território pelos portugueses. A rota da esquadra que dá continuidade à expedição de

Pedro Álvaro Cabral ao desbravamento das terras costeiras é datada em meados de 1501. (MARIA NETA; SANTOS, 2013, p. 3)

Alagoas era vinculada à Capitania de Pernambuco, onde se manteve pertencente jurídico-administração até 1817. Segundo Duarte (1974), “[...] a nova Capitania de Alagoas, que tanto procurara ajustar-se ao progresso regional, na fase de simples Comarca, criada pela Carta Régia de 9 de outubro de 1706, aceita a data de 1711 como marco histórico [...]” (DUARTE, 1974, p. 23) Daí o argumento que antes da 1817 já transitava nos espaços jurídicos e administrativos rumores de uma pré-independência do patriotismo alagoano, condição já inferida no mapa a seguir:

Mapa 01: Carta Corografica de 1893 do Estado de Alagoas



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, 2019.

De acordo como a imagem acima, a Carta Corografica de 1893 já apresenta os limites físicos do Estado de Alagoas com a Pernambuco, Bahia e Sergipe. Para Lindoso (2011), a conquista territorial está vinculada a três importantes fatores por ele defendidos: “a criação do Quilombo de Palmares, o início da conquista do sertão e a implementação de uma sociedade tutelar formada pelas *plantations* açucareiras.” (LINDOSO, 2011, p. 19). Foi, portanto, nesse espaço hostil que Alagoas fundou-se enquanto território politicamente independente no Século XIX.

Os embates na formação de Alagoas estiveram presentes desde seus primórdios até sua consolidação, sejam por índios, negros ou europeus. Nesse panorama, as conquistas territoriais em Palmeira dos Índios acompanham o mesmo processo político e jurídico-administrativo do espaço alagoano. Contudo, a luta pelo direito à terra é fator que impulsiona as disputas entre os interesses divergentes dos povos; sejam tradicionais ou contemporâneos. Neste sentido, faz-se necessário enveredar na história local para a compreensão dos aspectos históricos, políticos, religiosos e sociais do município. Assim,

a história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ela a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostas, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vidas individuais; o impacto da mudança tem de ser medido por suas consequências para certos domicílios. (SAMUEL, 1990, p. 220)

Compreender a formação histórica de uma localidade nos remete a constantes idas e vindas por espaços, relatos, contextos e temporalidades que tendem a ser materializadas além dos ecos, ícones e marcas produzidas no passado. Significa perceber como cada um desses elementos dialoga com os indivíduos no seu cotidiano atemporal.

Nesta perspectiva apresentamos o processo de formação do município de Palmeira dos Índios, identificando os aspectos definidores da posse da terra e construção dos aspectos identitários dos povos que referenciam a sociedade palmeirense. Dividimos este capítulo em três momentos considerados característicos de cada período: o vale da promessa, o vale da incerteza e o vale de lágrimas.

1.1 O vale da promessa

A formação territorial de Palmeira dos Índios, como todo território alagoano é também marcada por disputas pela posse das terras. Tal região é extremamente importante para a história de Alagoas porque era rota de fuga de escravos para o Quilombo dos Palmares, o que favoreceu um profícuo contato entre índios e negros, legítimos formadores da identidade local.

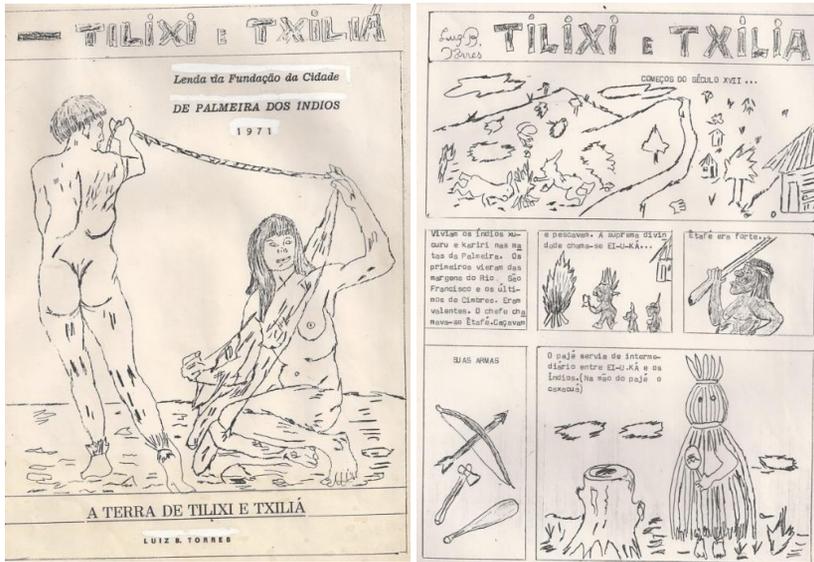
A verdadeira independência de Palmeira dos Índios, surgiu nos idos distantes de abril de 1835, quando o então Arraial com seu casario enorme quase todo caído de branco se transformou em Vila, por força de lei, aprovada pela Assembleia Provincial. E considerando o desenvolvimento da Vila, no dealbar da República, os legisladores concederam autonomia municipal em 20 de agosto de 1889. (BARROS, 2006, p. 419)

A história Palmeira dos Índios é ancorada em duas vertentes, uma lendária e romantizada que coloca Frei Domingos de São José, como seu fundador. Tal narrativa apresenta a atuação do missionário junto aos povos indígenas habitantes da região serrana que emoldura o vale que abriga a sede do município. Os primeiros aldeamentos se dão pelos índios Xukuru e Kariri e a “Vila de Palmeira dos índios foi criada em 1835, através da resolução Nº 10 de 10 de abril, assinada pelo presidente da Província, José Joaquim Machado” (PEIXOTO, 2013, p. 32). O processo que a transformou em distrito, vila e município

[...] só tornou-se válida depois da Resolução nº 27, de 12 de março de 1938 e esta foi suprimida pela Lei nº 43, de 23 de julho de 1853 e elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1113, de 20 de agosto de 1889. (PEIXOTO, 2019, p. 49)

Mesmo com a consolidação formal legalmente constituída, “os anos seguintes foram marcados por conflitos e lutas pela posse das terras, pelas invasões das terras indígenas e pela expulsão dos nativos do vale que atualmente abriga a cidade” (PEIXOTO, 2013, p. 41) Porém, a versão que descreve uma pequena povoação pertencente à província de Anadia, sustenta a prerrogativa da construção indígena palmeirense, amplamente difundida no lugar através de uma lenda criada por Luiz B. Torres e publicizada em formatos de textos e quadrinhos, conforme a foto a seguir.

Foto 01: Lenda da Fundação de Palmeira dos Índios



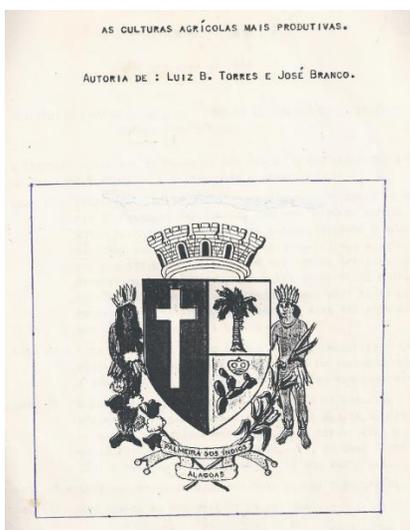
Fonte: Luiz B. Torres, 1973. Guarda do Acervo do GPHIAL/UNEA L, 2020.

Conforme se observa na imagem acima, identificamos cenas do amor proibido entre um casal de índios, que morreu assassinado por ter desrespeitado as regras matrimoniais da sua etnia. No local da morte, de uma cruz fincada brotou uma “palmeira” (linguajar popular). Da narrativa lendária nasceu o codinome de *cidade do amor*, justificando a crença a imortalidade do amor. Neste sentido, com a criação da lenda e sua imortalização no brasão da bandeira, estes símbolos foram oficializados.

Primeiro, cria uma lenda romantizada envolvendo esse povo, a seguir, quando tem a oportunidade de criar a bandeira, procura eternizar a lenda nesse símbolo oficial, deste modo fez enraizar no cotidiano local a sua versão sobre os Xukuru- Kariri (PEIXOTO, 2013, p. 93). A bandeira, posta como oficial através da lei 691 de 05 de dezembro de 1966, foi uma criação da parceria de Luiz Barros

Torres e José Delfim da Mota Branco. Conforme Silva (2017), “pode-se dizer que a construção do índio palmeirense [...] mitificado por sua lenda e reafirmado por esses símbolos (*fotos 03 e 04*) traduz a imagem do índio brasileiro construído na Literatura, especificamente, no Romantismo” (SILVA, 2017, p. 28, *grifos da autora*), confirmando a necessidade da construção de uma identidade nacional, remetendo à figura do índio como a busca do mito fundador.

Foto 02: Bandeira de Palmeira dos Índios



Fonte: Acervo do GPHIAL, 2020.

Foto 03: Brasão de Palmeira dos Índios



Fonte: Prefeitura de Palmeira dos Índios, 2020.

A construção de uma narrativa sobre a origem de Palmeira dos Índios, funda-se na versão mítica presente na lenda do amor entre os índios Tilixi e Tixilia, escrita pelo memorialista Luiz Barros Torres. A imagem dos índios representa a visão daquele autor sobre o indígena palmeirense. Já no Arquivo Paroquial da Diocese de Palmeira dos Índios encontra-se a referência mais antiga aos índios de Palmeira. “O

documento, com o título História da Palmeira, de autoria do vigário José de Maia Mello, faz referência a uma índia Xukuru, de nome Izabel Maria da Conceição, nascida em 1762”. (PEIXOTO; MARIA NETA, 2019, p. 4), evidenciando o papel da igreja na sócio-política da formação espacial e identitária de um povo.

A presença da igreja católica na esfera no Estado é também identificada fortemente no século XIX. Ao analisar o Recenseamento de 1872, os dados da Província de Alagoas, são pertencentes às Paróquias. Assim, os dados sobre a população do Recenseamento de Palmeira dos Índios de 1872 são pertencentes à Paróquia de Nossa Senhora do Amparo, conforme o quadro a seguir:

Quadro 01: População da Parochia de N. S. do Amparo

| CONDIÇÕES | SEXOS | ALMAS | Estado civil | | | Religião | | Nacionalidade | | Instrução | |
|-----------|-------------|-------|--------------|---------|--------|------------|------------|---------------|--------------|----------------------|-------------|
| | | | Solteiros | Casados | Viúvos | Catholicos | Acatolicos | Brasileiros | Estrangeiros | Sabem ler e escrever | Analfabetos |
| Livres | Homens | 6764 | 4635 | 1985 | 194 | 6764 | | 6749 | 15 | 1083 | 5681 |
| | Mulheres | 6847 | 4547 | 1967 | 338 | 6847 | | 6886 | 11 | 461 | 6386 |
| | Soma | 13611 | 9182 | 3902 | 527 | 13611 | | 13585 | 26 | 1544 | 12067 |
| Escravos | Homens | 1612 | 1481 | 114 | 17 | 1612 | | 1546 | 66 | | 1612 |
| | Mulheres | 1799 | 1701 | 79 | 19 | 1799 | | 1759 | 40 | 1 | 1798 |
| | Somma | 3411 | 3182 | 193 | 36 | 3411 | | 3305 | 106 | 1 | 3410 |
| | Somma geral | 17022 | 12364 | 4095 | 563 | 17022 | | 16890 | 132 | 1545 | 15477 |

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872 - Província das Alagoas.

Adaptado por Francisca Maria Neta; Denize dos Santos; Yuri Franklin dos Santos Rodrigues, 2020.

No Recenseamento do Brasil de 1872, nos dados referentes à

Província de Alagoas, conforme o quadro acima, a Paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Palmeira dos Índios, indica as condições gerais da população, categorizada como homens livres e escravos, em que relaciona: raça, estado civil, religião e nacionalidade. De acordo com a estatística a população livre corresponde a 6.764 homens e 6.847 mulheres, já a escrava são 1.612 homens e 1.799 mulheres, totalizando uma população de 17.022 almas.

Quanto às práticas religiosas, os dados demonstram que toda população escrava, tanto masculina, quanto feminina é praticante do catolicismo. Tal afirmativa ancora-se na prática recorrente de tentar invisibilizar as religiões ditas não oficiais (indígenas e afro-brasileiras) e apresentar uma falsa assepcia cristã na documentação oficial. Isso implica em uma produção historiográfica que exclue, anula e ignora a noção de trocas culturais e da existência de populações autoctones.

Ao questionar o Censo de 1872, que classifica a raça como brancos, pardos, pretos e caboclos, dos quais são 2.844 brancos, 9.825 pardos, 2.901 pretos e 452 caboclos, confirmando que os ditos brancos são, numericamente, minoria e isto categoriza a população local como mestiça. No mesmo quadro observa-se que no total da população de escravos, a maioria é composta por mulheres, pois 3.411 são mulheres e apenas 1.799 são homens. E naquela população o número de casamentos é bem inferior em relação aos homens livres, apenas 79 mulheres e 114 homens são casados.

Observa-se também que apenas um escravo e uma escrava sabem ler e escrever. O quadro apresenta ainda, 40 mulheres e 66 homens estrangeiros, mostra da existência do comércio de escravos na

localidade. É, portanto, uma forte distinção social que também se reflete registros cartoriais, pois

no livro de “Escrituras” de 1880, as procurações de escravos vendidos através do tráfico interprovincial e intraprovincial, são registrados nos anos de 1878 a 1887, são 35 procurações de escravos. Entre essas, 22 procurações são de escravos direcionados para as regiões de Maceió, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Sergipe e Pernambuco. (SILVA, 2018, p. 47)

No mesmo livro de Escrituras, observamos que há uma significativa presença de negros no município, justificando a existência do tráfico de escravos interprovincial em Palmeira dos Índios no século XIX.

Passado o início da década de 1870 e as apreensões quanto à aplicação e resultados da Lei do Ventre Livre, foi restabelecida a demanda por escravos nas regiões cafeeicultoras, em plena expansão naquela década. Por outro lado, a situação do mercado do Nordeste já não estava mais favorável como na década anterior. Algodão e açúcar enfrentavam um momento irregular lá fora. O desequilíbrio entre os mercados do Nordeste e do Sudeste levou a diferença sem precedentes entre os preços praticados em cada região. Nesse contexto, a venda de escravos no comércio interprovincial tornou-se novamente um ótimo negócio. (TEIXEIRA, 2016, p. 37)

O comércio de escravos interprovincial em Palmeira dos Índios, associa-se a demanda lucrativa do trabalho escravo, contrapondo o debate abolicionista em período que antecede a assinatura da Lei Áurea. Dessa maneira, as práticas escravocratas institucionais são reforçadas pela sociedade patrimonialista que perpetua o homem preto como objeto de mercadoria.

Acerca das populações em relação às profissões da Paróquia de

Nossa Senhora do Amparo da Palmeira dos Índios, conforme o Recenseamento de 1872, período que antecede a Lei Aurea, mas que pode fornecer indícios para compreender o circuito de comércio de escravos e práticas institucionalizadas de trabalhos subservientes. Conforme o quadro a seguir, pode-se identificar as profissões conforme sexo, homens livres e escravos, brasileiros e estrangeiros.

Quadro 02: Profissões na Parochia de N. S. do Amparo

| Nacionalidades | Condições | Sexos | Estados Cíveis | Profissões liberais | | Profissões manuais ou mecânicas | | Capitalistas e Proprietários | Lavradores | Criadores e Jornalheiros | Serviços Domésticos | Sem profissão |
|----------------|-----------|----------|----------------|---|----------|---------------------------------|-----------|------------------------------|------------|--------------------------|---------------------|---------------|
| | | | | Profes. ^{tes} e homens de letras | Artistas | Costureiras | Operários | | | | | |
| Brasileiros | Livres | Homens | Solteiros | 1 | | | 25 | | 60 | 885 | 32 | 3584 |
| | | | Casados | 8 | 9 | | 44 | 6 | 46 | 1745 | | 13 |
| | | | Viuvos | | 11 | | 5 | | 2 | 168 | 1 | 6 |
| | | Mulheres | Solteiras | 1 | 5 | 690 | | 1 | 1 | 277 | 459 | 3112 |
| | | | Casadas | | | 898 | | 3 | 1 | 277 | 574 | 713 |
| | | | Viúvas | 1 | | 186 | | 1 | | 70 | 32 | 86 |
| Estrangeiros | Livres | Homens | Solteiros | | | | 4 | | | | | 2 |
| | | | Casados | | | | 2 | | | | | |
| | | | Viuvos | | | | 2 | | | | | |
| | | Mulheres | Solteiras | | | 1 | 2 | | | | 2 | 1 |
| | | | Casadas | | | 1 | | | | | | |
| | | | Viúvas | | | | | | | | 1 | 8 |
| Escravos | Homens | | | | | 2 | | | 1152 | 14 | 443 | |
| | Mulheres | | | 1 | | | | | 741 | 448 | 615 | |
| Somma geral | | | | 11 | 26 | 1226 | 86 | 11 | 110 | 5310 | 1558 | 8578 |

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872 - Provincia das Alagoas. Adaptado por Francisca Maria Neta; Denize dos Santos; Yuri Franklin dos Santos Rodrigues, 2020.

No quadro acima, em relação às profissões praticadas pela

população, observa-se que as profissões mais expressivas são: criadores e jornaleiros 5.310, serviços domésticos 1.558, costureiras 1.226, lavradores 110, operários 86, artistas 26, professores e homens de letras 11, capitalistas e proprietários 11, somando um total de: 8338. Porém, quando observamos o item sem profissões de 8.578 é superior ao total da soma de todas as outras profissões. Quanto aos escravos, identificamos 01 mulher artista e 02 homens operários, 448 mulheres e 14 homens ocupando serviços domésticos. Destaca-se ainda um quantitativo significativo de indivíduos sem profissão definida, constituindo-se, em sua maioria em pessoas escravizadas, sendo 443 homens e 613 mulhes. Outro dado observado entre os escravos foi a constatação de 740 mulheres e 1.152 homens ocupando atividades em criadores e jornaleiros.

Ainda sobre o Censo de 1872, os dados da população estão sob a tutela da Paróquia de Nossa Senhora do Amparo, padroeira do município de Palmeira dos Índios. No quesito referente à religião praticada pela população, conforme a estatística, na sua totalidade a população é católica, reafirmando que as práticas escravistas são ratificadas pela Igreja Católica.

A antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada na Praça Nossa Senhora do Rosário na área urbana da cidade de Palmeira dos Índios/AL, o início de sua construção está datada em 1803. Foi construída por escravos ainda no século XIX, a igreja Nossa Senhora do Rosário visava a princípio acolher os negros uma vez que os negros não podiam frequentar a mesma igreja que os ditos brancos, a mesma simbolizava uma grande realização dentro do meio sociocultural, trazia consigo uma grande realização para essa população. (SENA, 2019, p. 16)

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, situada na área

da urbana da cidade, foi construída no século XIX, “em 1868, com escravos alforriados, por Belarmino Vas da Silva e Rosa Amélia Candido Pimentel, católicos, de formação cristã e abolicionista, doaram um terreno a igreja, e com ajuda de Simão Dias e outro companheiros que ainda trabalhavam com Belarmino e Dona Rosa, construíram a igreja Nossa Senhora do Rosário.” (BARROS, 2018, p. 27-28)

Foto 04: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Fonte: Jornal – O Índio. Ano II, num. 52, 1921 (Acervo Bayron Torres – GPHIAL/UNEAL)

A construção da Igreja de N. S. dos Rosário, “simbolizava uma

grande realização dentro do meio sociocultural...” (SENA, 2019, p. 18) Revelando claramente a existência de uma distinção social entre brancos e negros, ratificando o preconceito, a segregação social e a exclusão como marcas da sociedade palmeirense, condição ainda não superada na atualidade, maculando a denominação de *vale da promessa* imputada a Palmeira dos Índios quando da sua criação.

1.2 O vale das incertezas

A história de Palmeira dos índios é “marcada por disputas pela posse das terras habitadas por índios Xucuru e Kariri e pela população envolvente.” (PEIXOTO, 2019, p. 47) Uma realidade que se estende desde sua fundação até a contemporaneidade. As disputas estão presentes nas relações sociais desde a sua formação, sejam por terras, condições socioeconômicas ou culturais. As inter-relações sociais são marcadas pelas diferenças identitárias. Conforme Woodward,

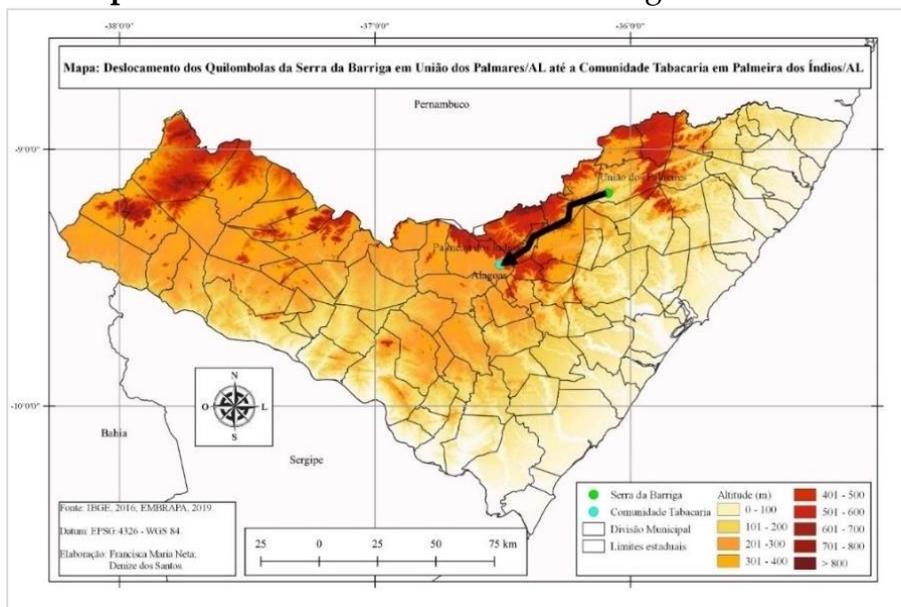
As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Esta marcação da diferença ocorre tanto meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formação de exclusão social. A identidade, pois, não é o posto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais esta forma de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, a menos em parte, por meio de sistemas *classificatórios*. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles por exemplo, servos e croatas); eu/outro. (WOODWARD, 2014, p.40)

Esse sistema classificatório que define identidades não se deu de maneira diferente nas terras alagoanas, pois, lá a formação territorial se envereda, por estratégias de ocupação. A história dos

quilombos no Brasil tem sua gênese no período colonial. Em Alagoas, a maior organização de refugiados negros foi o Quilombo dos Palmares; que possuía uma estrutura organizacional relevante, instituindo uma comunidade independente da ordem administrativa colonial.

Após sua extinção a população sobrevivente procurou outros espaços territoriais para se abrigar e desenvolver novas formas de resistência mais ao interior. Um desses casos é assinalado no mapa que apresentamos a seguir, destacando a saída da Serra da Barriga para a Serra da Tabacaria.

Mapa 02: Deslocamento da Serra da Barriga à Tabacaria



Fonte: IBGE, 2016, EMBRAPA, 2019, Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos, 2020.

A narrativa historiográfica acerca do deslocamento dos quilombolas da Serra da Barriga em União dos Palmares, após a destruição do Quilombo dos Palmares, em direção ao interior, como ilustrado no mapa acima, afirma como os quilombolas utilizavam estratégias de fugas em busca de liberdade. Para o quilombola Aloisio Caetano da Silva (2010), “...nossos antepassados, daí eles contavam a nós como era a história dos quilombos, como era dali da Serra da Barriga por que já era também a história do quilombo, são muitos anos, são 325 anos.” (SILVA, 2010). Neste sentido,

no Brasil colonial, Palmares foi a maior comunidade de fugitivos, datando de 1597 a primeira referência a ela. Localizada entre Alagoas e Pernambuco, estabeleceu-se no coração do Império Português no Atlântico sul – expansão que designa a vasta área atlântica entre a Europa, América do Sul e África onde os portugueses tiveram suas colônias. Situava-se à distância de 120 quilômetros do litoral de Pernambuco, nas serras, entre as quais a principal era chamada Outeiro da Barriga, onde havia abundância palmeiras – daí o nome *Palmares*. Logo se transformou em local de refúgio, existindo não só um mocambo, mas dezenas deles. (GOMES, 2011, p. 13)

A história dos quilombos, do passado e do presente, constitui-se em bandeira de luta. No período colonial, o Quilombo dos Palmares representava a maior revolta de negros em busca por liberdade. Essa referência serviu de argumento para muitas comunidades contemporâneas remanescentes da República do Palmar e Zumbi representa o símbolo de resistência que impulsiona e justifica as constantes batalhas em busca de uma identidade étnica.

No decorrer do século XX Palmeira dos Índios foi palco de desenvolvimento e de declínio, tanto econômico quanto cultural. Na sua primeira metade do século, com a produção de algodão para indústria têxtil e a implementação da linha de trem, a cidade passou a se inserir no mercado competitivo. Como esse advento,

o trem era a presença do progresso. A festa dos palmeirenses. Sob o ponto de vista econômico- social, era o trem que interligava harmonicamente. Palmeira e os demais centros de produção e consumo e garantia a sobrevivência, segurança e desenvolvimento da região. Mas sob o ponto de vista sentimental, o trem significava muito mais [...] Era o trem que trazia as novidades da capital, as revistas, os jornais, as gentes bonitas e diferentes [...] O trem trazia cartas de namoradas, com pétalas perfumadas [...] (BARROS, 2006, p. 24-25)

Por outro lado, em meados do século XX, o município de Palmeira dos Índios se apropriou do desenvolvimento e sinalizou para implementação da estada de ferro enquanto intercâmbio de relações comerciais e sociais. Assim, a ferrovia foi construída pela empresa Inglesa Great Western, responsável pela maior parte da rede ferroviária do Nordeste na época. Tal aspiração ocupava os debates locais e as páginas dos jornais da época, mesmo com avanços e estagnações no processo de construção da linha férrea conforme observado a seguir:

Foto 05: Palmeira dos Índios quer ter ferrovia



Fonte: Jornal Folha da manhã, 31/1/1931. Acervo do GPHIAL/Unreal, 2019.

A chegada da estrada de ferro, além de uma grande realização no meio sociocultural e econômico trazia consigo um grande traço de modernidade jamais visto na região; junto a isso cresceu o sonho de transformar “a Princesa do Sertão” em um grande Pólo industrial ao passo que crescia junto a esperança da população o anseio por melhores condições de vida, materializadas na efervescência comercial associada a uma gestão política conectada com tal anseio de modernidade.

Mesmo com todas as dificuldades da época, enfim, chegaram à cidade símbolos de modernidade como os trilhos, o trem e a estação, faltando apenas resolver a aspiração de eleger um gestor que respondesse às necessidades daquele contexto. Assim,

em 7 de janeiro de 1928, depois de obter 433 votos nas eleições municipais de outubro de 1927, e sem ter participado da campanha ou de quaisquer manobras com fins de angariar votos, Graciliano Ramos tomava posse do cargo de prefeito de Palmeira dos Índios [...]. (RAMOS, 2013, p. 08)

Graciliano Ramos, natural de Quebrangulo³, à época distrito político pertencente ao município de Palmeira dos Índios, representou o ideal de político desejado pelos palmeirenses, sendo eleito seu representante sem a necessidade de realizar campanha eleitoral. Além de escritor, Graciliano Ramos teve uma vida pública expressiva, reverberando no cotidiano e na vida econômica de Palmeira dos Índios durante a sua gestão.

A partir de então a cidade passou a sofrer grandes transformações econômicas e sociais, ao passo que um maior fluxo de pessoas vindas de outras regiões era grande, o movimento das inúmeras casas comerciais e as indústrias de pequeno porte. Alterando desta forma o contexto sociocultural da época, visto que mesmo com a inserção do setor industrial a feira livre passou a atuar em segundo plano, mas ainda assim muito presente na vida dos palmeirenses atraía vários fazendeiros da região e até de estados vizinhos, como Pernambuco. (SILVA, 2019, p. 21)

Em meados do século XX, como a expansão da cultura do algodão o transporte ferroviário foi responsável pelo transporte comercial, traslado de passageiro e lugar de sonhos, esperanças e afetos. São mudanças vinculadas às invenções tecnológicas da modernidade. A estação ferroviária, testemunha de encontros e

³ O atual município de Quebrangulo, outrora denominado de Vitória, pertencia política e administrativamente a Palmeira dos Índios (à época do nascimento do literato), condição que gera um conflito quanto ao berço de Graciliano, reivindicado pelos dois municípios.

desencontros foi desativada junto com o uso do trêm.

O barulho da máquina sobre os trilhos deu lugar ao silêncio das lembranças e ao saudosismo dos anos de glória do ciclo algodoeiro. Naquele espaço a ação de gestores municipais fez nascer a Biblioteca Pública Municipal (foto a seguir), ícone da cultura local e representação dos ecos do passado.

Foto 06: Estação de Trem de Palmeira dos Índios



Fonte: Míriam de Lima Cabral, 2018.

A Estação de trem, conforme a imagem acima demonstra um valor de uso ressignificado. O lugar que no passado era um ponto de partida e de chegada de sonhos, esperanças, de idas e vindas de passageiros, na atualidade, serve como um lugar de outro tido de viagem, a viagem da leitura e da aprendizagem, pois agora funciona como a biblioteca municipal: um lugar de memórias e de lembranças.

A estação ferroviária de Palmeira dos Índios carrega em seu histórico três diferentes fases que modificaram de forma ampla a realidade da cidade. A primeira trouxe “esperança” aos moradores em tempo que a instalação em 1933 (o que simbolizou modernidade) proporcionando maior desenvolvimento econômico dentro do meio social. A segunda significou uma drástica perda do sentido econômico quando em 2001 encontrava-se em total abandono. Já a última fase caracteriza-se pela ressignificação do espaço em 2003 e o transformou em uma Biblioteca expressando outra realização humana. (SILVA, 2019, p. 09)

Os lugares de memórias na área urbana de Palmeira dos índios são representados por espaços identificados por instituições que entrelaçaram as relações políticas, econômicas e sociais, porém como pode ser observado nas pinturas que estão na fachada da estação (foto anterior) não apresentam representantes das populações indígenas e negras que habitam ancestralmente as terras palmeirenses, o que nos leva a afirmar que o Vale da Promissão foi sendo convertido pelo preconceito e negação das suas origens em um Vale de Incertezas.

1.3 O vale de lágrimas

O município de Palmeira dos Índios foi beneficiado em virtude da posição geográfica que liga o Agreste ao Sertão alagoano. Assim, é classificado como o portão de entrada para o Sertão; sendo situado numa área intermediária, fazendo interlocução, tanto dentro do estado de Alagoas, como com alguns municípios do estado de Pernambuco. Essa situação lhe deu o título de Cidade das Quatro Portas no início do século XX, por isso justificava a efervecência econômica, a rota dos tropeiros, trajetória de fuga de negros e indígenas e o escoamento da produção agrícola.

O mapa a seguir, ilustra a distribuição geográfica dos municípios alagoanos, além de destacar os limites com os estados vizinhos, principalmente com Pernambuco que faz fronteira com Palmeira dos Índios (circulado em vermelho), justificando a estreita conexão econômica, política e cultural, bem como, a principal porta de entrada e saída do Vale.

Mapa 03: Mesorregiões do Estado de Alagoas



Fonte: Planejamento, Gestão e Patrimônio - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, 2019.

O município de Palmeira dos Índios, Pólo da mesorregião do Agreste, conforme o mapa acima, fica localizado a 132 km da capital alagoana; a mesoregião é composta por mais 10 municípios, sendo eles: Belém, Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci, Maribondo, Mar Vermelho, Mirador de Negrão, Paulo Jacinto, Quebrangulo e Tanque

D'Arca, com os quais ocorre intensa troca comercial e cultural ao ponto de justificar outra porta na extensa rede de relações com a Princesa do Sertão, apesar de está situada no Agreste.

O crescimento da área urbana de Palmeira dos Índios demanda o surgimento de novos serviços, infraestruturas, equipamentos, moradias e, conseqüentemente, esse crescimento acontece de forma desordenada e carente de planejamento urbano proporcional às suas necessidades sociais, na mesma intencidade que carece dar voz aos sujeitos que encenaram os principais atos de resistência, ocupação e marca identitária da cultura local. Convém destacar que a produção historiográfica sobre o lugar silenciou, excluiu ou invisibilizou o protagonismo negro nessa construção.

Palmeira dos Índios, município de médio porte, vivenciou um processo de desenvolvimento urbano e econômico na segunda metade do século XX, principalmente pela expansão dos serviços e comércio, acelerando o estabelecimento da urbanização da cidade, conventendo-se em referência cultural para o interior do estado, abrigando na sua zona urbana vários cinemas, teatro, clubes e cabarés.

Durante boa parte do século XX, o Cinema foi de fundamental importância na cidade de Palmeira dos Índios e servia não apenas para mostra de filmes, mas também como espaço de sociabilidade. As pessoas se encontravam para fugir da rotina diária de trabalho e afazeres domésticos; conversar; namorar; rever os amigos, etc. (MARIA NETA; BEZERRA, 2013, p. 07)

A abertura de salas de cinema se destaca como símbolo da modernidade e associada à chegada de jornais impressos, trazidos pelo trem, dava ao Vale a impressão de conexão com os grandes centros urbanos do país, mas aparece nos relatos como um espaço desprovido de conflitos sociais ou de existência de povos ou culturas além das fronteiras urbanas. Quando retratada em fotografias ou imagens, estas enaltecem as belezas das serras que emolduram o Vale, condição externada na foto a seguir:

Foto 07: Vista Panorâmica de Palmeira dos Índios



Fonte: acervo pessoal da autora, 2019.

Conforme a imagem acima, o município é permeado de serras, em volta das quais a área urbana foi constituída em um vale. Percebe-se que no entorno da área urbana estão algumas serras que compõem o panorama da cidade. Ao lado esquerdo da imagem fica a Mata da

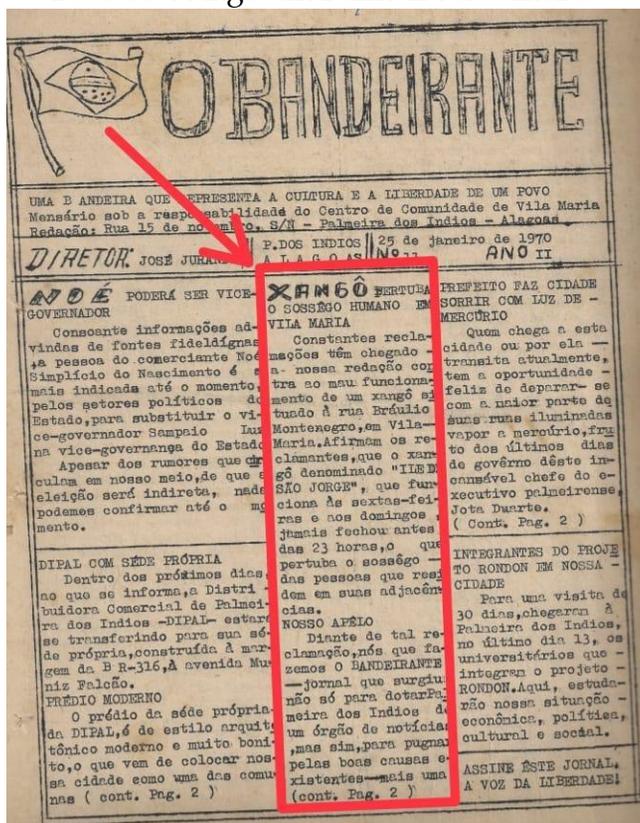
Cafurna, Serra do Coité, Serra do Capela, Boqueirão e Amaro que abrigam aldeias indígenas Xukuru-Kariri, já em direção ao horizonte da imagem fica a Serra da Tabacaria, comunidade quilombola, objeto deste estudo. Conforme Barros,

descortina-se paisagem bela, surpreendendo a visão de quem sobe as serras da Boa Vista, Candará, Goiti e Amaro. La de cima, todo o aspecto se apresenta com real esplendor, com a paisagem verdeonga, ruas tortuosas, a verdura das campinas e das serranias servindo de moldura, em derredor, serpenteando a cidade. (BARROS, 2006, p. 419-420)

Simbolicamente, as relações socioculturais, econômicas e religiosas dialogam com sua representação territorial. A disputa pelas áreas mais privilegiadas, seja nos espaços urbanos ou rurais, é travada pelo poder econômico local em oposição aos grupos sociais tradicionais e a beleza da descrição poética apresentada por Barros (2006).

Apesar de apresentar uma forte presença de indígenas e negros, existe uma considerável resistência ao reconhecimento desses povos na dinâmica social, há negação, indiferença e perseguição em relação à presença destes e das suas práticas culturais, notadamente religiosas, que eram citadas com adjetivos perjorativos, chegando a serem denunciadas com desordem em jornais locais. A foto 09 testemunha tal situação, ao ponto que enaltece o olhar de uma falsa elite branca e preconceituosa.

Foto 08: Xangô em Palmeira dos Índios



Fonte: Jornal O Bandeirante, 25 de janeiro de 1970, nº 11, ano II Acervo do GPHIAL/UNEA L, 2019.

A manchete intitulada “Xangô perturba o sossego humano em Vila Maria” traz implícito um discurso que nega a condição humana do povo negro quando afirma que sua prática religiosa quebra o sossego humano. Nesse caso, o autor da matéria afirma que o Xangô não é uma prática humana. Sua afirmação reflete o pensamento da sociedade local, independente da posição social, pois a Vila Maria é um bairro periférico e habitado por uma quantidade de indivíduos mestiços.

A presença de indígenas e negros em Palmeira dos Índios, apesar da negação pela sociedade local, representa uma parcela significativa da população. Esses povos estão à margem da esfera social e são desprovidos de benefícios sociais e civis. As disputas no processo de consolidação da posse da terra no entorno da cidade envolve indígenas, fazendeiros e quilombolas.

Os indígenas, apesar de terem sido silenciados por um grande período, constituem uma ameaça às elites locais porque a cidade foi fundada em suas terras; os quilombolas, por terem sido excluídos, ou mesmo inseridos na sociedade branca como mão de obra barata nas fazendas, são relegados à marginalidade; sua existência enquanto grupo de luta, só começa a ser visibilizada no final da segunda metade do século XX.

Nosso campo de estudo se configura como extremamente emblemático, uma vez que nos documentos e discursos acessados durante a pesquisa constatamos que tanto os povos tradicionais quanto seus elementos culturais e espaços territoriais são apontados pelos representantes do poder público como engodos para atrair turistas. Dessa maneira, artesanatos, danças, folgedos, trilhas ecológicas, nascente e quedas d'guas são apresentados como possibilidades aos aventureiros e viajantes, porém, não são tratados como parte do patrimônio local. Um exemplo significativo disto pode ser observado na imagem apresentada pela foto a seguir:

Foto 09: Barragem da Aldeia Indígena Mata da Cafurna



Fonte: Assessoria da Rádio Sampaio de Palmeira dos Índios, 12 de julho de 2019.

A barragem da aldeia indígena Mata da Cafurna, de acordo com a imagem acima, tem uma dimensão cultural e de preservação ambiental. Apresenta-se como espaço salutar para o desenvolvimento agrícola e turístico da região e, na mesma proporção, como ameaça à segurança da cidade, resultando em embates políticos com a esfera local, estadual e federal.

Apesar dos embates a barragem possui uma ligação fronteiriça como a cidade, pois “forneceu água a zona urbana do município de Palmeira dos Índios entre os anos de 1940 até meados de 1960, quando foi substituída pela (*Companhia de Abastecimento e Saneamento de Alagoas*)-CASAL. Desde então, o açude atende exclusivamente às necessidades dos habitantes na Aldeia”. (NEVES, 2019, p. 97, grifos da autora) Por conta de ameaças de estrangulamento da barragem, os poderes públicos estabelecem um

jogo de responsabilidades e o espaço fica sem reparos e situado entre a beleza do cartão postal, a ameaça de destruição do seu entorno e o elemento identitário dos indígenas.

O crescimento do município, apesar das disputas territoriais e desigualdade social, liderado por uma elite local e oligárquica, foi marcado pelo posicionamento estratégico em detrimento à construção de ferrovias e, principalmente, a criação de rodovias federais e estaduais no decorrer do Século XX, isso gerou na administração local o desejo da criação de espaços e ícones identitários que pudessem fomentar o desenvolvimento econômico e atrair visitantes.

Com essa intenção os cuidados se deslocaram do Vale para a Serra e esta recebeu uma imagem do Cristo Redentor. Tal elemento atraiu olhares e investimentos, fortaleceu a presença do cristianismo e, mais uma vez, ignorou a existência de outros credos. A seguir apresentamos a majestosa escultura e como a se impõe sobre o Vale.

Foto 10: Cristo Redentor na Serra do Goití



Fonte: Alagoas na Net, (Henrique Romeiro/Assessoria) 20 de agosto de 2019.

A imagem do Cristo Redentor, terceira em dimensões no país, cumpriu as expectativas dos seus idealizadores, pois além de demarcar o território cristão se converteu em privilegiado espaço gastronômico, teatro, ginástica e dança, ponto de encontro e cartão de visitas do município. Recentemente no seu entorno foi colocada uma imagem, também grandiosa de padroeira do município. Mais uma vez, sentimos a ausência de identidade local.

Na mesma perspectiva de fomento cultural e turístico, a imprensa palmeirense ocupou um importante lugar nas publicações locais, a exemplo dos escritos de Graciliano Ramos. Ademais, Palmeira dos Índios é reconhecida pelo ilustre de Graciliano Ramos, cujas referências são expressas por sua representação política, no cargo de Prefeito nos anos de 1928 e 1930, momento em que escreveu

os famosos relatórios sobre a sua administração municipal, e outras obras literárias reconhecidas nacional e internacionalmente. Sua presença na identidade e nas memórias locais é imortalizada na sua outrora residência, transformada em museu (foto 12).

Foto 11: Casa Museu Graciliano Ramos



Fonte: Míriam de Lima Cabral, 2018.

A casa que abriga o museu Graciliano Ramos foi construída em 1910, está situada no centro da cidade, doação de casamento à Graciliano Ramos pelo seu pai. Como lugar de “memória, a Casa de Graciliano Ramos, transformada em museu no ano de 1973 e tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é

uma construção de valor educacional e histórico e configura o patrimônio edificado da cidade de Palmeira dos Índios-AL.” (CABRAL; MARIA NETA, 2019, p. 27), representa também, fragmentos de lembranças de um lugar, de um poeta, escritor, prefeito, figura ilustre, notadamente pertencente a elite dita branca.

Os museus são importantes enquanto lugar de memória, que remete aos valores de uma sociedade, mas “na identificação desses referências culturais temos que observar os valores que são atribuídos aos determinados bens, através de trocas de experiências e relações de pertencimento que o sujeito tem com o objeto.” (SILVA, 2017, p. 68). Convém destacar que o processo de musealização da casa de Graciliano faz parte da construção social dos habitantes e vai muito além de uma construção edificada.

Palmeira dos Índios representa o maior centro da microrregião, com expressão política, econômica e cultural. Atualmente, estão instaladas cinco unidades de ensino universitário, que atendem aos municípios da microrregião e do agreste em geral. Possui dois museus; Museu Xucurus de História, Artes e Costumes e Casa Museu Graciliano Ramos (tombado pelo IPHAN), além de um patrimônio imaterial rico em costumes, culinária, folguedos, cavalhadas, expressões artísticas, etc, elementos suficientes para sustentar o codinome da Vale da Promissão.

No decorrer do século XX, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi ressignificada e transformada em lugar de memória. O Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, fundado por Luiz Barros Torres, Dom Otávio Aguiar e, pelo tenente da

marinha, Alberto Melo, personagens da elite palmeirense durante o século XX. (PARANHOS, 2017)

O espaço foi reservado para a salvaguarda de um acervo construído de doações de moradores abastados da cidade. Composto por elementos religiosos, artefatos da cultura negra e indígena, assim como objetos sacros, pratarias, moedas, armas, etc. O referido museu, espaço de memórias não apresenta a memória do negro, nem do indígena, pois os primeiros são retratados apenas como escravizados, presos a ferros e com a insígnia de fujão e ladrão fixada no peito de um manequim, além de aparecer ocupando os fundos do prédio, uma construção escura, baixa e sem ventilação, conforme pode ser observado na foto a seguir:

Foto 12: A presença Negra no Museu Xucurus



Fonte: Aline de Freitas Lemos Paranhos, 2017.

A presença negra no Museu Xucurus é identificada pela relação estabelecida pela a sociedade local. Conforme a imagem acima, o negro é retratado a partir das memórias escravocratas, com a exposição de objetos de castigo e aprisionamento. Na ordenação dos objetos no acervo, o negro fica exposto num ambiente secundário e de forma contrastante com os elementos da elite local, configurando-se em uma sociedade estratificada, preconceituosa e excludente.

Portanto, “nesta tentativa de confirmar sua identidade o povo palmeirense mostra que as imagens projetadas no acervo são bilaterais e negam o protagonismo histórico dos negros e índios.” (PARANHOS, 2017, p. 230) Assim, as memórias de um passado ancorado em relações distintivas são reconstruídas por continuidades de expressões socioculturais no presente.

Na sombra da diversidade cultural, econômica e política, Palmeira dos Índios é alinhavada por uma trama de conflitos identitários e ideológicos, configurando-se como uma sociedade dividida por valores que nutrem a rejeição de um sentimento de pertença e de unidade social.

O mergulho no estudo da formação de Palmeira dos Índios, identificando os processos históricos de lutas e conquistas, perpassa pelo estudo também da constituição do urbano e do rural, do poder político-administrativo, do patrimônio material e imaterial e da diversidade cultural impressa na singularidade da história de seu povo.

Estudar uma cidade não é apenas analisar as linhas tênues das construções arquitetônicas, não se constitui apenas em investigar as fontes documentais com auxílios metodológicos e teóricos, mas sim em transitar

entre os limites do visível, do dito e do não dito; observar a documentação como indício do caminho das ruas (des)encontros acontecem permanentemente. Estudar uma cidade não é apenas visualizar o relevo das paisagens, mas também sentir os ventos que lhe atingem e a garoa gélida dos seus dias frios de inverno. Estudar uma cidade é perceber nos olhos dos habitantes do presente, fragmentos do passado. (AMORIM, 2011, p. 21)

Corroborando com Amorim (2011), a compreensão da cidade extrapola o visível, o dito e o aparente da suntuosidade de um povo. Não sendo diferente, a cidade Palmeira dos Índios, desde a sua fundação sofreu influências políticas, econômicas, religiosas e sociais; uma cidade que dialoga com o urbano e o rural, que estabelece avanços, limites e retrocessos, ao passo que um maior fluxo de pessoas vindas de outras regiões aguçou o movimento comercial, cultural e industrial, ampliando a cidade um lugar de fluxo de memórias, identidades, patrimônios, transformando-a em um território em constantes disputas, principalmete identitárias.

Assim, no capítulo seguinte serão analisadoas as disputas de memórias e os conflitos identitários dos remanescentes de quilombos na comunidade Tabacaria, situada na zona rural de Palmeira dos índios. A narrativa perpassa pela construção identitária de um grupo social na formação de um território fundado nas memórias de um passado negado a um povo que foi escravizado.

A negação identitária, enquanto chaga da história local, deve ser escrita em três perspeticivas: a primeira corresponde a chegada de um beato para catequisar os indígenas e edificar uma cidade denominada de Vale da Promissão, a segunda compreende o período em que o Vale cresce, gesta as condições de destaque econômico,

invisibiliza o protagonismo dos seus povos originários, caracterizando-o como um Vale de Incertezas e, o terceiro, assinala a fase mais criel, marcada por lutas territoriais, negação e suplantação de direitos tradicionais, invisibilidade do pobre e exclusão do protagonismo dos negros, relegando-os a uma existência periférica, um Vale de Lágrimas.

DISPUTAS DE MEMÓRIAS E CONFLITOS IDENTITÁRIOS

O estudo sobre os quilombos contemporâneos no Brasil é fundamental para compreender o processo de luta dos povos negros em busca da cidadania. O contexto social de suas lutas possibilita um entendimento mais amplo da historicidade do processo histórico do negro, em especial, na virada do século XX para o século XXI.

As disputas pelas memórias de negros escravizados para o reconhecimento de direitos e reparação de dívida social foram impulsionadas a partir da promulgação da Constituição de 1988. Os remanescentes quilombolas da Tabacaria, desde o final dos anos de 1990, vêm travando uma luta com os fazendeiros locais pelo direito à posse da terra e reparação da dívida histórica.

A partir dos debates da Constituinte e a efervescência política a agenda das minorias é que luta quilombola passe a ser incorporadas às demandas das políticas públicas. As atuais comunidades remanescentes de quilombos no Brasil estão de norte a sul do país. A articulação política quilombola é identificada pela luta por reconhecimento, cidadania, terras e políticas públicas.

Neste capítulo faz-se uma reflexão acerca dos remanescentes de quilombos do Povoado Tabacaria, situado na zona rural do município de Palmeira dos Índios/AL. Pretende-se compreender como as disputas de memórias e as construções identitárias são balizadas para o reconhecimento e conquistas territoriais dos povos herdeiros de escravizados que lutaram pela liberdade.

2.1 As marcas da escravidão

No Brasil, as comunidades surgidas nos primeiros séculos coloniais eram denominadas de mocambos e depois de quilombos. Porém, o termo quilombo só aparece na documentação colonial no século XVII. Há registros de fugas dos canaviais nordestinos desde o século XVI, justificando a criação de espaços denominados de quilombos, assim,

os quilombos e mocambos se formavam quase sempre a partir dos escravos fugitivos. Dos canaviais e engenhos do Nordeste surgem as primeiras notícias de fugas de escravos e a constituição deles em comunidades. Data de 1575 o primeiro registro de um mocambo, formado na Bahia. (GOMES, 2015, p. 12)

O surgimento, os quilombos eram constituídos pelos fugitivos, atraindo repressões por parte dos senhores e preocupações aos seus donos. As notícias se espalhavam por diversas partes e atraíam novas escapadas. Os quilombos eram símbolos de transgressões à ordem escravocrata. Segundo o autor, em Pernambuco, no final do século XVII, os quilombos multiplicavam o número de habitantes e registravam cenas cruéis no seu cotidiano.

As sociedades escravistas conheceram várias formas de protesto. Insurreições, rebeliões, assassinatos, fugas e morosidade na execução das tarefas se misturavam com a intolerância dos senhores e a brutalidade dos feitores. Chicotadas, açoites, troncos e prisões eram rotineiros. (GOMES, 2015, p. 09)

As sociedades escravistas conheceram várias formas de protesto; insurreições, rebeliões, assassinatos, fugas, execuções e intolerância dos senhores e reações violentas dos feitores. Nesse

contexto, havia indivíduos os que escapavam e formavam comunidades se estabelecendo com base econômica e estrutura social própria.

Quanto aos ataques e defesas, no período colonial havia perseguições por parte dos capitães do mato, além de destruição de suas casas e plantações. As localidades estrategicamente escolhidas pelas comunidades quilombolas foram fundamentais para dificultar o acesso das capturas.

Alguns quilombolas delimitavam seus territórios por medo de ameaças, ataques, invasões, assassinatos e assaltos; o objetivo era evitar ataque-surpresa. (GOMES, 2015). Por isso os quilombolas se estabeleciam em montanhas ou planícies com objetivos de evitar ataques e, de certa forma, permanecer ocultos até o momento em que pudessem aparecer publicamente e reivindicar direitos.

No século XX, os quilombos ficaram invisíveis e estigmatizados; sua invisibilidade é datada do início da escravidão. Os quilombos mesmo inviabilizados não desapareceram. Após a abolição da escravatura, as comunidades quilombolas permaneceram relegadas a clandestinidade no território e na legislação nacional e só a partir da segunda metade do século XX percebeu-se alguma mudança nesses aspectos devido ao aumento dos movimentos por direitos sociais.

Nesta mesma linha, o Estado brasileiro, sob pressão de diversos setores sociais antes dissolvidos sob o olhar monolítico do nacionalismo militarista, segue a mesma tendência dos Estados europeus e institui, na Constituição de 1988, uma série de direitos que constituem irradiações do princípio da dignidade da pessoa humana: os direitos fundamentais. Ao longo da década de 1980, o fortalecimento dos movimentos

negros por todo o país produziu um novo olhar sobre a memória da escravidão no Brasil e, conseqüentemente, sobre a cultura negra no país. (VOGT, 2014, p. 153)

Com o processo de redemocratização e a intensificação dos novos movimentos sociais, os movimentos camponeses, em especial, impulsionaram as lutas quilombolas, assim como, os conflitos rurais pela posse da terra protagonizaram novas disputas no campo. Fazendeiros e posseiros, pelo Brasil afora, reprimiam as lutas sociais no sentido de inibir os avanços da reforma agrária, uma ação significativa e conflituosa

[...] numa sociedade em que se verificam permanentes conflitos entre classes e grupos, a luta pela possibilidade de silenciar/manter sistemas de referência torna-se importante porque aí se decidem orientações de condutas e de possíveis representações de mundo. (VOESE, 1997, 136)

O debate sobre a reforma agrária foi articulado e incorporado às pautas da temática racial, em particular das comunidades negras e remanescentes de quilombos. A história dos quilombos, do passado e do presente, se transformou em bandeira de luta, de busca por igualdade social e reconhecimento de uma dívida social que se estende desde o início do trabalho compulsório.

Na foto a seguir, a imbricação das pautas quilombolas e do Movimento Sem Terra é externada, pois esses homens participaram de uma reunião conjunta que além de fortalecer ambos os grupos unificou a luta por terras, reconhecimento e justiça social em Palmeira dos Índios.

Foto 13: Reunião de trabalhadores rurais



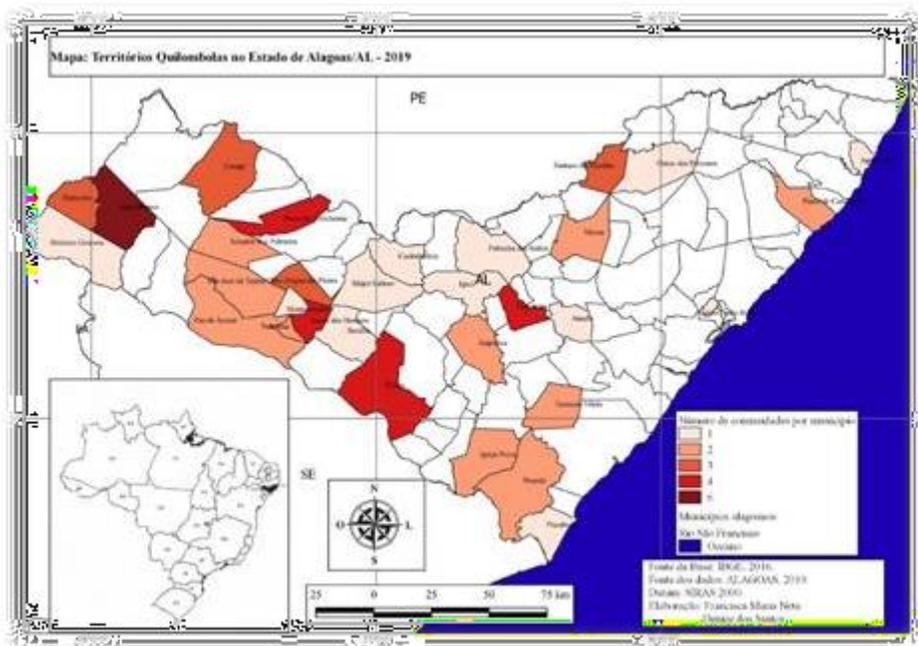
Fonte: Acervo pessoal de Zezito Araújo, 2019.

Na imagem acima, percebe-se alguns trabalhadores rurais reunidos. Estas reuniões aconteceram inicialmente em parceria com alguns integrantes do Movimento Sem Terra. O processo de conquista da posse da terra foi longo, conforme seu Mauro (2019), “depois de 12 anos em barracos de lona, esperando o processo da terra começar, porque nós não tinha esperança de terra e nem de moradia”. Esse

entendimento de negação e esquecimento é perceptível quando analisamos o lento processo de auto reconhecimento do remanescente de quilombos na comunidade Tabacaria.

Neste processo, a Tabacaria foi a primeira comunidade quilombola a ser certificada, reconhecida e o registro da terra coletiva efetivado em Alagoas. Apesar da lentidão nos processos já é significativo o número de territórios no estado; no mapa abaixo podemos observar a atualização dos territórios quilombolas do Estado de Alagoas.

Mapa 04: Territórios Quilombolas em Alagoas



Fonte: IBGE, 2016, EMBRAPA, 2019, Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos, 2020.

No mapa acima percebe-se o resultado do processo de lutas por identificação e reconhecimento de terras quilombolas do litoral ao sertão de Alagoas. Na luta por uma territorialidade negada, seja pelas circunstâncias espaço-temporal, seja pelas constituições historicamente construídas, a organização desse grupo perpassa por uma série de aspectos intrínsecos que pode haver divisão de perspectivas de grupos sociais reivindicando reconhecimento de direito à terra. Para Fiabani,

No espaço de liberdade, o trabalhador escravizado escapado usufruía dos produtos de seu esforço, empregado na agricultura, artesanato, caça, coleta, extrativismo, pesca, rapinagem, serviços, etc. Em forma mais ou menos sistemática, as mais diversas regiões do Brasil escravista conheceram quilombos. (FIABANI, 2005, p. 11)

Compreende-se tal postura pelos valores negados, seja pelo estigma e discriminação e, principalmente, pelo direito a preservação ao seu patrimônio imaterial: seus cantos, suas danças, a religiosidade, ritos e crenças, o modo particular de viver, os vínculos estabelecidos com a terra, às memórias de lutas, conflitos e resistência.

No Brasil a presença negra antes de se constituir em uma marca identitária foi efetivada pela exploração sistemática da força de serviço compulsório, referendado por uma sociedade ambiciosa, desumana e patrimonialista que imprimiu marcas indelévels de tortura e espoliação cultural, vergonhosamente registrada com as marcas da escravidão.

2.2 As memórias de um passado negado

Pensar a memória, as lembranças e o esquecimento como formas analíticas de compreender as dimensões humanas nos seus diversos espaços, sejam coletivos, individuais ou universais, são consideráveis avanços na pesquisa social.

Por esse pensamento, os museus, os arquivos, sítios arqueológicos, memoriais, vilas e comunidades passam a ocupar lugar de história e de memória, mais próximos do presente, principalmente sendo convertidos em patrimônio como instrumento para pensar a história e a memória da vida social e cultural dos indivíduos, assim como, correlacionar a territorialidade com o comportamento humano.

O patrimônio liga o passado ao presente, dialoga com lembranças e esquecimentos que estão imortalizados nas marcas sobre a pele daqueles que foram torturados, nos relatos ancestrais que são transmitidos oralmente e nos significados imputados ao território ocupado, nessa dinâmica as marcas temporais são ressignificadas e dão sentido ao espaço habitado.

A foto a seguir traduz essa dinâmica e procura descrever o território a parvir do visível, utilizando as lembranças e os esquecimentos como diálogos entre o passado negado e o presente ressignificado.

Foto 14: Vista panorâmica da Tabacaria



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Na imagem acima, pode ser percebida a dimensão do território quilombola, da representação das matas, do relevo e os vales. O território representa também o lugar do pertencimento, de construções identitárias e, sobretudo, do lugar historicamente construído. A composição desses elementos é remetida às memórias de um povo: das lutas e batalhas, dos sucessos e fracassos, dos afetos e desafetos, enfim, a cultura de indivíduos socialmente construída.

Para compreender as ações que envolvem esses mecanismos lançamos mão do estudo das memórias construídas a partir das suas vivências e de sua historicidade. Partimos dos conceitos de Maurice Halbwachs (2006), sobre memória para elucidar as questões acerca da relação com a história, ancorados na premissa de que,

a memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente do pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo é capaz de viver na consciência do grupo que mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo que esquece uma parte de seu passado: na realidade, há dois grupos que sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como distribuimos a matéria de uma tragédia em muitos atos. (HALBWACHS, 2006, p. 102)

Por esse pensamento, a história distingue-se da memória, atua por grupos diferentes e só retém do passado o que ainda está vivo. Já Hartog (2015) “traçava uma clara linha divisória entre história e memória, em benefício de uma abordagem pela memória, que polidamente dispensava o historiador, reivindicando-o a seus arquivos e a sua exterioridade” (HARTOG, 2015, p. 159). Entre a história e a memória há uma tênue separação, mas têm significados distintos nas formas de compreensão da realidade social.

A realidade social é, também, uma construção que se funda nas relações sociais e familiares de determinado grupo, sendo, este grupo responsável pela seleção dos eventos que a modelam. Tal seleção parte de significados que são dados aos eventos e como estes são usados, quando necessários para comprovação da sua identidade, pois como afirma Candau,

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma a outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2012, p. 16)

O pensamento de Candau foi tomado também como norte na pesquisa, pois nos apoiamos na sua premissa de que a memória e a identidade são indissociáveis, inter cruzadas e que uma impulsiona constantemente a outra. A memória é constituída pelas flutuações do presente, pela constituição instaurada pela sociedade que vivencia a realidade do presente. Assim, nem a história e nem a memória são capazes de resgatar o passado na sua íntegra.

A percepção da historicidade dos processos de legitimação do patrimônio e da memória que ele evoca, por parte do historiador, pode evidenciar os processos históricos e os interesses sociais e políticos que levaram os agentes a atribuir determinado valor a um objeto, pode evidenciar a formação e difusão de determinada memória sobre os eventos do passado trazendo à tona os conflitos e contradições existentes nesses processos. (PACHECO, 2017, p. 5)

Pensando nisso, nosso olhar se volta para a maneira como o passado se faz presente nas práticas de um grupo de não letrados que se afirma descendente de escravizados, refaz seus rituais, elege seus ídolos, mitos e heróis a partir de lembranças herdadas de gerações de um passado distante sem vínculos memoriais com a sua contemporaneidade, que tanto podem ter sido ressignificadas quanto adotadas com lacunas e esquecimentos.

O processo de reelaboração do passado para dar sentido ao presente perpassa pelo diálogo entre a identidade e o pertencimento como elementos fundantes da capacidade de construção social, política e espacial, condições observadas nos eventos que marcam a construção territorial da Tabacaria. Tal ação envolve deslocamentos

temporais e encontros geracionais que podem ser identificados na foto a seguir:

Foto 15: Moradores da Tabacaria



Fonte: Acervo pessoal de Zezito Araújo, 2019.

Na imagem da foto 16, podemos analisar moradores da comunidade de várias faixas etárias, desde crianças a idosos. Observa-se que o grupo apresenta uma unidade étnica, não apenas pela cor da pele, mas, sobretudo pela característica identitárias, como perspectivas e olhares em volta de um mesmo horizonte. Por essa concepção, pode-se afirmar que a identidade é o resultado dos reflexos da memória, pois nossas características estão associadas a eventos, aprendizagens e imagens do passado. A identidade,

não é mais do que uma representação ou um estado adquirido, enquanto que a memória é uma faculdade presente desde o nascimento e a aparição da espécie humana -, torna-se difícil consentir sobre a preeminência de uma sobre a outra quando se considera o homem em sociedade. (CANDAUI, 2012, p. 19)

Para isso, Halbwachs e Candau ofereceram os conceitos necessários à investigação aqui proposta. Definida a forma como a memória influenciou a história, o passo seguinte consiste em identificar como esta memória se converteu em patrimônio e gerou a luta por demarcação e reconhecimento daquele povo tradicional a partir da resignificação identitária.

Na Comunidade Tabacaria investigamos a maneira como aqueles indivíduos se apropriaram das memórias pretéritas para gerar uma identidade que lhes assegure reconhecimento étnico, direitos sociais, reviver um passado e gozar dos benefícios governamentais, mesmo que a título de indenização.

Na foto a seguir a noção de benefícios governamentais é um ponto que merece ser considerado, pois basta ver a precariedade da construção, a simplicidade do mobiliário e escassez de condições de moradia para perceber que o processo de reconhecimento não anulou a dívida social com aquele povo. Porém, basta observar o semblante do entrevistado (liderança local) para perceber que muito além das condições estruturais a reivindicação é pelo direito de existir.

Foto 16: Significado de ser quilombola



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2013.

A imagem acima, do ano de 2013, momento em que a conquista pelo território quilombola ainda estava em processo de efetivação, as casas dos moradores ainda eram de taipa e a compreensão do que é ser quilombola ainda estava em processo de internalização dos quilombolas. Nos dizeres dos quilombolas Gerson:

Nunca tinha ouvido falar em quilombola, mas veio uma doutora dizer que somos quilombola, que descendemos de Zumbi dos Palmares e que temos direito a um pedaço de terra. Daí começou toda a explicação de nossos direitos, e a gente começou a entender isso. Hoje temos um pedaço de terra e tamos na boca do céu. (SANTOS, 2013)

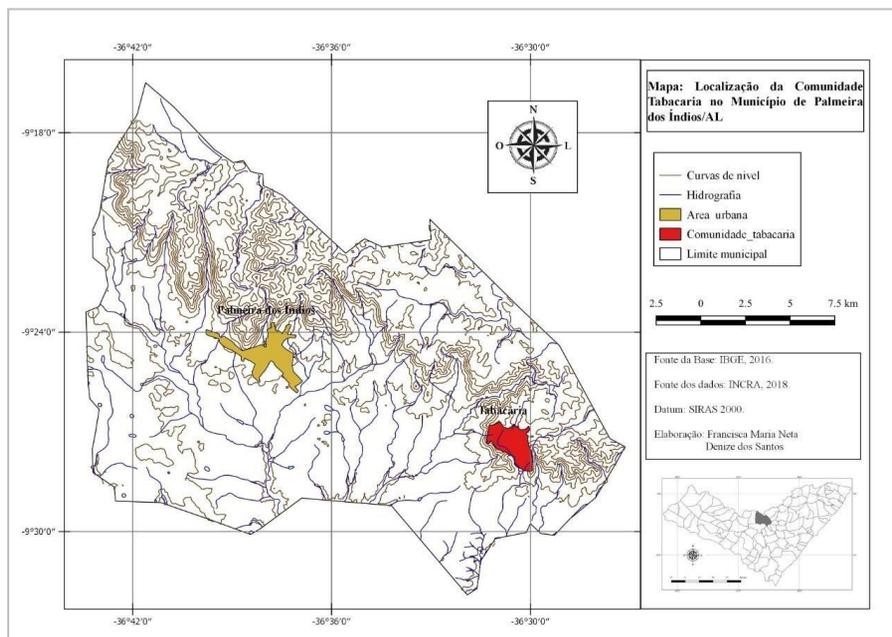
O conceito quilombola foi inserido na comunidade a partir da visita técnica para elaboração do laudo de identificação étnica, porém enquanto pertencimento identitário já era latente naquele povo. Pela fala do senhor Gerson percebemos que esperavam apenas o direcionamento para colocar em prática as ações necessárias ao desencadeamento do processo pela busca de seus direitos tradicionais.

Mesmo consciente da sua identidade o grupo precisou passar pelo processo de ressignificação do espaço e das memórias para fomentar o seu desejo de igualdade e de reparação social.

Do mesmo modo que qualquer processo social, a valorização do espaço também se transforma historicamente, nesse sentido em que é também um processo histórico. Suas manifestações concretas ocorrem guiadas por determinações gerais do modo de produção em que estão contidas. (MORAES, 2005, p. 43)

Nesse contexto, mergulhar no universo dos quilombolas da comunidade Tabacaria, necessita de adentrar nas veredas do alto da serra onde habita um povo descendente de escravizados, que por um longo período, foi sucumbido aos mandos dos ditos donos da terra e relegado a uma existência à margem da história. No mapa a seguir apresentamos a localização geográfica da comunidade Tabacaria em relação ao município de Palmeira dos Índios.

Mapa 05: Localização da Comunidade Tabacaria



Fonte: IBGE, 2016, EMBRAPA, 2019, Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos, 2020.

Conforme o mapa acima, a comunidade quilombola Tabacaria pertence a área rural do município de Palmeira dos Índios, distante 18 km do centro da cidade. Fica situada num espaço serrano, de modo que em tempos chuvosos é de difícil acesso. Antes da conquista dos quilombolas, as terras devolutas eram ocupadas por fazendeiros da região.

O povoado Tabacaria fica localizada a 18 Km de Palmeira dos Índios, limita-se: Ao leste Sitio Mata Verde e Monte Alto, ao oeste Sitio Canfundó, ao sul com a Lagoa João Francisco. O povoado Tabacaria pertence ao município de Palmeira dos Índios situado no estado de Alagoas, região Nordeste[...]. A vegetação é variável e o clima é frio à noite, durante o dia a temperatura se eleva. (BRASIL, 2005, p. 23)

Mesmo depois da abolição da escravidão, os negros permaneceram trabalhando na lógica da servidão. Suas vidas foram desrespeitadas, a liberdade cerceada e o direito a uma existência étnica e tradicional foi ignorado e substituído por um conjunto de estigmas e preconceitos. Assim,

as lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como sotaque, são um caso particular das lutas de classificação, lutas pelo monopólio de fazer ver o que crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. (BOURDIEU, 2005, p. 113)

No processo de fazer e desfazer os grupos sociais, a história dos quilombos, do passado e do presente, constitui-se em bandeira de luta e símbolo de resistência. A materialização disso pode ser atribuída a espaços de socialização de memórias, de gestação de ideais de liberdade e símbolos de pertencimento.

No período colonial, o Quilombo dos Palmares representa a maior revolta de negros em busca por liberdade. Essa referência serviu de argumento para muitas comunidades contemporâneas remanescentes da República do Palmar; em que Zumbi representa o símbolo de resistência que impulsiona e justifica as constantes batalhas por uma identidade étnica, construída em rememorações, ressignificações e reconstituições nas quais

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e o esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9)

As revitalizações são a prova do quanto o olhar do historiador vem passando por um processo de refinamento e pela incorporação de novos conceitos e percepções, o que para Diehl (2002), “na atualidade, estamos vivenciando uma profunda virada nos modos de pensar e reconstruir o passado.” (DIEHL, 2002, p. 112), sem esquecer, contudo, que essa virada depende, também, das vontades individuais quem muitas vezes se sobressaem às memórias.

No processo de identificação dos quilombolas da Tabacaria, alguns rejeitaram o pertencimento às memórias dos antepassados, por essas memórias causarem rupturas com as relações com outros grupos, através da associação ao estigma, racismo e exclusão. Aí está um caso concreto das sobrepujança da vontade, onde há um embate ente memória individual e coletiva e entre permanência e ruptura.

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente do pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que mantém. (HALBWACHS, 2006, p. 102)

Assim, o indivíduo rompe com sua associação a um determinado grupo, mas não rompe com a sua identidade étnica. Os remanescentes da Tabacaria por longo período silenciaram suas memórias e referências identitárias. Os moradores da comunidade, nas suas lembranças, relatam que trabalhavam para os fazendeiros locais e

faziam plantio de fumo para o próprio consumo nas áreas adjacentes.

A relação de trabalho com os fazendeiros após a abolição era caracterizada pela servidão, sem direito à posse da terra, com isso, as lembranças de um passado remoto de sofrimento estão presentes nas práticas sociais deste grupo, mesmo que ele não se identifique com tal. Para Halbwachs,

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30)

As interações entre outros grupos sejam étnicas, econômicas e socioculturais, evidenciam lembranças, individuais ou coletivas, que fortalecem o pertencimento a este ou aquele grupo. As práticas culturais com identificações coletivas do grupo constituíram um território que é “em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144 e 148)

Mesmo negando a identificação, em alguns momentos, pequenas ações remetem aqueles indivíduos a memórias e práticas coletivas das quais não podem fugir. Ser negro, quilombola ou não, é um lugar de pertencimento que para os integrantes da comunidade está implícito em pequenos gestos, como quando os moradores confeccionavam um cigarro artesanal e o denominavam de tabaco, isso passou a ser servir para identificar a comunidade como

Tabacaria, criando uma identidade coletiva, intercruzada no ser e no pertencer. Pois,

de fato, memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o movimento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente. (CANDAUI, 2012, 19)

Portanto, optar pela análise que dá voz aos não letrados “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional.” (POLLAK, 1989, p. 04), significa evidenciar protagonismos que foram silenciados, escolhas muitas vezes impostas e fazer ecoar os silêncios de uma existência negada. Assim, remeter as memórias dos remanescentes quilombolas reforça a construção de uma identidade dos pertencentes à Tabacaria, mesmo que não morem na localidade.

A ideia de que “o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do Século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem” (CHOAY, 2006, p. 240), acreditamos que o passado não se reflete integralmente no presente, pois a imagem que se nos aparece é resultado da ação do tempo e da soma de elementos que ele agrega, trata-se de externar um passado negado, trazendo da periferia para o dossel da história.

2.3 A identidade coletiva na construção de um lugar social

A reflexão em torno do projeto de construção da identidade local em detrimento da nacional deve refletir na postura de todo cidadão através de sua memória coletiva. Memória coletiva, de acordo com Le Goff,

são as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação de memória. (LE GOFF, 2003, p. 435)

Os elementos essenciais para compreender a identidade social da cultura local perpassam pelos constantes deslocamentos temporais em busca das memórias individuais ou coletivas que associem o indivíduo a um grupo social. Nesse processo,

ser quilombola é a pessoa mesmo se identificar e se declarar [...] Quilombola é aquelas famílias que foram se espalhando e depois viram se juntando [...] Então a distância e a junção são quilombo [...]. Então a família que se junta, a família que se declara e permanece naquele meio como quilombola. (Elson Paulino dos Santos, 2019)

As comunidades quilombolas contemporâneas em Alagoas que viveram um longo período de invisibilidade, hoje estão identificadas no mapa das comunidades quilombolas em Alagoas. Dentre as comunidades identificadas, a comunidade quilombola Tabacaria foi a primeira a ser certificada e a conquistar do título de posse da terra. Para Estela da Costa,

o Povoado Tabacaria foi a primeira comunidade no Estado de Alagoas que reivindicou seu reconhecimento oficial como quilombola. O quilombo contou com uma corajosa e dedicada iniciativa de jovens e adultos que pesquisaram e registraram as histórias contadas pelos mais velhos, confiando que, por meio dessa memória sobre a valentia e a resistência à escravidão pelos seus ancestrais, conseguiriam fazer ‘emergir a força de Palmares’ favorecendo sua luta atual. (ESTELA DA COSTA, 2015, p. 08-09)

A significação identitária latente que está presente na memória coletiva carece de manifestações sociais. Conforme HALL, “o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas.” (HALL, 2011, p. 85) O longo processo de luta na Tabacaria foi marcado por resistência e privações de necessidades básicas à condição humana, uma disputa envolvendo interesses de grupos dominantes que não aceitavam ser enfrentados.

Em um esforço conjunto os quilombolas constroem uma dinâmica própria onde a força do lembrar é condição essencial para se manter na terra; e na construção dessa nova identidade que é ser quilombola, na luta pela terra para a construção de um novo território também constroem outra identidade a de um sujeito histórico que agora pode e vai contar a construção do seu lugar. (SILVA, 2013, p. 114)

A Comunidade, por longo período silenciou suas memórias e referências identitárias de matriz afro-brasileiras, mas manteve aquelas que podiam ser usadas como diversão e lazer. Dentre as práticas identitárias mantidas na Tabacaria, a banca de pífanos é ressignificada como uma manifestação da cultura dos antepassados, conforme observamos na foto 19.

Foto 17: Banda de Pífanos



Fonte: Acervo da Associação de Moradores da Comunidade Tabacaria, 2019.

Na foto acima, a apresentação da banda de pífanos, composta por homens de varias gerações, atesta a nossa afirmação de que alguns elementos identitários foram mantidos e transmitidos como forma de assegurar a existência cultural livre da ameaça da ordem imposta pela sociedade “elitizada” que habitava e dominava o entorno daquela cominade.

Para Candau, as identidades “[...] são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações socio-situacionais - situações, contexto, circunstâncias - de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de ‘visões de mundo’ identitárias ou étnicas”. (CANDAU, 2012, p. 27) Por esse pensamento, com as mobilizações coletivas o grupo se fortaleceu e se construiu enquanto uma identidade de negros descendentes de homens escravizados que lutaram por liberdade.

Para justificar o pertencimento às referências das tradições afro-brasileiras, os quilombolas da comunidade passaram a perceber, incorporar e praticar os traços mais peculiares de suas ações culturais, que até então, tinham sido negadas pelo processo de desvalorização das suas referências ancestrais.

Em se tratando de ancestralidade, a relação é dual, pois em determinados momentos negam-se os traços herdados e em outros valorizam a experiência e amemória dos mais velhos. A imagem a seguir retrata Dona Vicentina, a senhora mais idosa no início da luta pela posse da terra, ela acompanhou todo processo e seus relatos são considerados importantes para fortalecer os ideais da comunidade.

Foto 18: Dona Vicentina



Fonte: Acervo de Liliane Santos da Rocha, 2019.

Numa entrevista concedida a Liliane Santos da Rocha em 2014, disse Dona Vicentina: “hoje em dia todo mundo tá rico, no meu tempo não existia nada disso nem aposentadoria nem nada, nos tinha que trabalhar levava os filhos pra ajudar botar uma rocinha pra arrumar um bocadinho pra comer [...] Dona Vicentina, 2014.” (ROCHA, 2019, p. 21) Dona Vicentina foi uma das pessoas mais velhas da comunidade (faleceu com 102 no dia 18 de dezembro 2017); antes de partir pode acompanhar a conquista de alguns dos seus direitos.

Os remanescentes quilombolas da comunidade Tabacaria, no decorrer da sua historicidade, viveram à sombra da prestação de serviços aos fazendeiros, tido como donos das propriedades.

O processo de luta e conquista, consolida a regulamentação, identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas.

O direito as terras da Tabacaria no entendimento dos quilombolas é garantido pelo trabalho não pago aos seus pais, avós e bisavós, pela baixa remuneração; pelo trabalho de graça que os seus antepassados deixaram juntamente com a memória de perdas de parentes pela fome por motivo da intensa situação de miséria em que viviam e vivem. (SILVA, 2013, p. 114)

Nesse processo, a identidade coletiva quilombola passou a ser respeitada, não de forma totalitária, mas no sentido de visibilizar os traços de seus pertencimentos até então desprezadas pelas referências ideológicas incutidas pelos dominantes na formação social e na legislação brasileira. De acordo com a Constituição,

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece que ‘aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva,

devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Garante-se, pois, o direito de possessório das terras ocupadas e herdadas por seus antepassados. (GOMES, 2018, p. 373)

A garantia constitucional válida para a comunidade quilombola da Tabacaria um território de conquista identificado por direitos negados aos seus antepassados. O espaço geográfico passa a representar a luta por direitos historicamente negados, assim como, um espaço de conquista jamais sonhado por esses trabalhadores rurais tão renegados, principalmente pela comunidade envolvente.

Compreende-se tal postura pelos valores negados, seja pelo estigma e discriminação e, principalmente, pelo direito à preservação ao seu patrimônio imaterial: seus cantos, suas danças, sua religiosidade, ritos e crenças, o modo particular de viver, os vínculos estabelecidos com a terra, às memórias de lutas, conflitos e resistência.

Quanto às relações de trabalho são, de certa maneira, modificadas em relação à tomada de consciência da posse da terra. Seja através dos programas sociais implementados na comunidade, seja pela autonomia das tomadas de decisão como a labuta na lavoura, ou até mesmo, pela consciência da auto identificação e pertencimento a uma etnia que, nesse momento, representa positivamente a existência e sobrevivência da comunidade.

Não obstante, a ligação que os quilombolas da Tabacaria têm com a terra advém não somente do trabalho, o território reivindicado por eles é o elo com seus ancestrais. No passado,

o quilombo tinha portanto como justificativa de existir essa resistência radical por parte do ser escravizado, era um módulo de protesto organizado, o qual variava de tamanho e de particularidades, região, detalhes, etc. (MOURA, 2001, p. 106)

A busca por uma identidade que se perdeu no decorrer da sua historicidade ressurgiu nas referências culturais do passado. Para Hall, “a prática de reduzir as culturas do povo negro à natureza, ou naturalizar a ‘diferença’ foi típica dessas políticas racializadas da representação.” (HALL, 2016, p. 171) A lógica que fortalece a polarização étnica é justificada pela naturalização do trabalho escravo e/ou servil do negro, e a luta por reconhecimento de direitos é constante, seja no passado, seja no presente.

Apesar das conquistas representarem um avanço histórico, a luta na atualidade perpassa pela necessidade de melhores condições de vida. Uma luta que se inicia a partir de movimentos sociais, principalmente do movimento sem-terra, que toma proporções de referências étnico-raciais.

Atualmente, o quilombo localiza-se a apenas 18 quilômetros do centro comercial de Palmeira dos Índios, e há pessoas que trabalham em diferentes setores na cidade – no turismo, em atividades industriais, prestando serviços variados, inclusive na área de educação. Os moradores dependem hoje em dia de salários para viver, e as condições são bastante precárias. (ESTELA DA COSTA, 2015, p. 08-09)

A comunidade Tabacaria, apesar de representar a que se encontra em melhores condições, sobrevive basicamente dos programas sociais do Governo Federal, além do plantio de subsistência, o que lhes assegura o mínimo necessário para suprir suas

necessidades básicas e mais imediatas, não sobrando recursos para outros investimentos.

No processo de afirmação e/ou negação identitária o grupo precisou usar elementos da sua ancestralidade, buscar ligações com outros espaços e movimentos, bem como se associar a memórias como a de Palmares. Portanto, a justificativa perpassa pela história dos quilombos coloniais, em especial, o quilombo dos Palmares. Assim,

Para justificar o pertencimento às referências das tradições afro-brasileiras, os quilombolas da comunidade passam a perceber nos traços mais peculiares de suas ações culturais, que até então foram negadas pelo processo de desvalorização das suas referências ancestrais. baixa estamentalidade, fugidos de trabalho involuntário das plantations de cana de açúcar, de tabaco e de roçados de raízes (mandioca, batata-doce e cará). A figura de um ser social estamental, desprotegido de bens patrimoniais e de vínculos de famílias duráveis, vivendo em comunidades mocambeiras nas matas úmidas de Alagoas do sul, de Alagoas do Norte, nas cabeceiras de Porto Calvo, e de Quipapá, Cucaú e Serinhaém, parece que se mostra mais viável para ser um estado de escravidão do século XVII no antigo Pernambuco. (LINDOSO, 2011, p. 63-64)

Os remanescentes de quilombos contemporâneos remetem a seu passado marcado pelo processo de escravização e de lutas por um lugar de liberdade. Em geral, as comunidades remanescentes de quilombos apesar de mapeadas e certificadas como quilombolas em Alagoas, ainda encontram-se desassistida de direitos fundamentais de moradia, saúde, assistência técnica e social do poder público. Para Gomes,

Ainda assim, muitas comunidades têm enfrentado problemas, motivados, entre outros fatores, pela morosidade dos órgãos estaduais e federais na titulação definitiva de suas terras, na lentidão dos processos que garantem seus territórios e reconhecem a importância dessa que é uma cultura ancestral. (GOMES, 2018, p. 373)

Tal situação coloca em risco as conquistas efetivadas, correndo o risco de uma volta à invisibilidade das referências tradicionais e patrimoniais. A busca dos valores identitários e manifestações culturais, religiosas e dos saberes construídos; tais como, o reisado, as cantigas, as rezas, as rodas de conversas, os causos são elementos dissociáveis da afirmação identitária, porém é gritante a carência de recursos para investimentos que possam resultar em visibilidade cultural.

Faltam-lhes recursos para manter as vestimentas festivas que proporcionem uma divulgação digna perante a sociedade, a exemplo da indumentária do reisado para os integrantes do grupo que produzem suas vestimentas, muitas vezes abdicando de outras necessidades, porém ainda conseguem se apresentar com um visual atrativo conforme a foto a seguir:

Foto 19: Grupo de Reisado da Tabacaria



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Para entender as práticas identitárias da comunidade Tabacaria, tomamos como base o grupo de reisado que é composto pela família de Gerson Paulino da Silva (liderança comunitária), que num esforço para preservar a tradição em várias gerações mantem, juntamente com sua esposa o grupo apresentado na fotografia acima, do qual seus e netos também fazem parte, caracterizando esta ação como uma atividade geracional, sobre a qual ele afirma que

aqui nós tem a banda pife, aqui na terra, tem o reisado e tem o calambé aqui dentro e tem os pontos históricos tudim, redor aqui. Todo mundo que vem procura saber! Qual é a tradição dos quilombolas da Tabacaria? Eu digo: Ó! É o reisado, a banda de pifi, é o ponto histórico, é o calambé... eu procuro sempre dizer que tem, se não tiver, não comprova não. (Gerson Paulino da Silva, 2019)

As práticas culturais construídas historicamente na Tabacaria são fundamentais para que eles se reconheçam e sejam reconhecidos como sujeitos da sua história e detentores de direitos tradicionais. O fortalecimento e compartilhamento desses elementos culturais legitimam o direito à posse da terra.

Conscientes disso, além dos folguedos, a religião tradicional é mantida como traço identitário, não só pela necessidade imposta para a identificação, mas sobretudo pelo significado das suas divindades, contexto apresentado na foto 22.

Foto 20: Dona Maria do Candomblé



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Apesar dos praticantes do candomblé não ter um espaço específico, como visto na imagem acima, na casa de Dona Maria, acontece a prática da religião afro-brasileira, diante de um pequeno altar que é mantido em uma mesa no canto da sala, sobre a qual são dispostas várias imagens de santos. Para Dona Maria, “eu bolei muito com essas coisas, de 15 anos até a data de hoje, 68 anos, mas nunca deixei, parei mas continuei de novo” (Maria dos Santos Nascimento, 2019). As reuniões acontecem em sua casa pelo fato dos praticantes não terem recursos financeiros para construir um espaço apropriado.

Portanto, no momento em que os quilombolas da Tabacaria se enxergaram como sujeitos históricos, compreendem, na sua maioria, que podem visualizar um horizonte de conquistas por reconhecimento de um passado injustamente construído pela sociedade escravocrata que usurpou do povo negro a dignidade humana e, de alguma forma o impeliu a desencadear uma disputa de memórias, conflitos identitários e posterior resurgimento.

RESISTÊNCIAS DOS QUILOMBOLAS DA TABACARIA

O estudo sobre os quilombos contemporâneos no Brasil é fundamental para compreender o processo de luta dos povos negros em busca da cidadania. O contexto social de seus embates possibilita um entendimento mais amplo da historicidade do processo histórico do negro, em especial, na virada do século XX para o século XXI.

Os quilombos povoaram o imaginário da nação brasileira, sendo evocados, em distintos contextos históricos, tanto para desqualificar e reprimir modalidades alternativas de gestão de espaço e de vida como para inspirar e sinalizar mobilizações políticas. No Brasil contemporâneo não é diferente. (MELLO, 2012, p. 33)

O processo de democratização das políticas sociais a partir da Constituição de 1988 teve uma importância fundamental na visibilidade de povos como negros, quilombolas, índios e movimentos sociais em geral. As lutas sociais por direitos à igualdade e proteção social nos finais dos anos 1990 do século XX e início do século XXI revelaram a desigualdade étnica, social e econômica de um país com raízes escravocrata e patrimonialista.

As disputas pelas memórias de negros escravizados para o reconhecimento de direitos e reparação de dívida social foram impulsionadas a partir da promulgação da Constituição de 1988. De acordo com a Constituição, no Capítulo II - Dos Direitos Sociais:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 6/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015)

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (EC no 20/98, EC no 28/2000, EC no 53/2006 e EC no 72/2013) (BRASIL, 1988, 2016, p. 19)

A partir dos debates da Constituinte, da efervescência política e a agenda das minorias a luta quilombola passou a ser incorporada às demandas das políticas públicas. As atuais comunidades remanescentes de quilombos no Brasil estão de norte a sul do país. A articulação política quilombola é identificada pela disputa por reconhecimento, cidadania, terras e políticas públicas.

Os remanescentes quilombolas da Tabacaria, desde o final dos anos de 1990, vêm travando uma luta como os fazendeiros locais pelo direito à posse da terra e reparação da dívida histórica os descendentes de povos escravizados. Indagamos como remanescentes de quilombos da Tabacaria têm disputado as memórias e as identidades na conquista territorial e no sonho por liberdade?

Buscamos analisar o processo de mobilização dos quilombolas por um reconhecimento identitário e por um território socialmente construído como argumento legal para a conquista da posse da terra. Procuramos entender a construção identitária imbricada no cotidiano de cada indivíduo na construção de uma memória coletiva no processo de construção territorial, assim como, apresentar as políticas de proteção social que foram viabilizadas e efetivadas pelos governos democráticos do período de 2005 a 2014.

3.1 O processo de mobilização por reconhecimento

A principal mobilização é interna e singular para cada indivíduo; se refere a tomada de consciência de que precisavam deixar aflorar o seu pertencimento étnico, externando traços identitários para, em ato contínuo, iniciarem o processo de mobilização por reconhecimento. Pode-se dizer que deveria ser um ato do indivíduo para a sociedade, passando pela ação coletiva, ou seja alguém fomenta a ideia, socializa com os pares e parte em busca da resposta governamental, porém no movimento quilombobola o despertar da ação fez percurso inverso, de fora para dentro, principalmente a concepção do conceito de quibombola.

E as comunidade quilombolas que não existiam, eu digo, o governo não tinha nenhuma política pública para essas comunidades [...] o meu conceito de quilombola, não me apego muito a o conceito dado por alguns acadêmicos, ele não condiz com a realidade dessas comunidades. Um quilombola de Alagoas ele é totalmente diferente do quilombola do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, de São Paulo, sabe. Eu tenho dito que para o meu entendimento de quilombola, ele não pode ser visto de fora para dentro, para mim é um erro terrível com isso, porque as pessoas não se veem como quilombola, mesmo ele tendo a compreensão do que é um território quilombola. Ele primeiro se ver enquanto negro, enquanto discriminado. (Zezito de Araújo, 2019)

Ser quilombola, segundo a afirmação acima é uma questão de compreensão e identificação pessoal, o que difere dos conceitos padronizados apresentados por alguns estudiosos ou até gestados na comunidade a partir da observação de outros grupos. Trata-se, pois, de uma compreensão fundada na autoaceitação, na autoidentificação e nas

marcas deixadas pelo preconceito e estigma.

No processo de identificação e reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, o território alagoano é historicamente reconhecido como o local de maior referência de revoltas de negros no período colonial, ainda pertencente à Capitania de Pernambuco. Não obstante, as terras que hoje constituem o estado de Alagoas, foram, no passado colonial, um espaço propício a refúgios de escravizados.

Apesar da visibilidade a ação do governo foi pontual em relação a Palmares e não gerou ação de reconhecimento, amparo ou justiça social em outras regiões. Em Alagoas, a morte de Zumbi gerou, com muita luta, uma marca no calendário, nada mais além disso. No restante do país, as marcas são ainda mais frágeis, conforme constatou a ex dirente da Fundação Palmares.

Eu tive a honra de visitar comunidades desde Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul até o Pará e, uma coisa é comum a elas, a violência do racismo à falta de políticas públicas que chegue até eles, e assim, muitas vezes a falta de compromisso dos políticos. Eu tive a oportunidade de visitar comunidades que jamais tinha chegado a ela governos de qualquer nível, seja municipal, estadual ou federal. Tinha comunidade indígena que o governo chegava, que a marinha chegava, mas para a comunidade quilombola não chegava. Então, essas atitudes e essa experiência, ela nos mostra e fortalece o que a gente vem dizendo que aqui não há essa democracia racial que tanto se fala. (Maria Bernadete Lopes da Silva, 2020)

Maria Bernadete Lopes da Silva, Diretora de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, nos anos de 2003 a 2008, representa para os quilombolas da Tabacaria um símbolo de justiça e de esperança.

Graças a sua presença na comunidade e discussões por ela encabeçadas, aquele povo, do alto da serra, visualiza um horizonte de esperanças, principalmente para as gerações de jovens como estes retratados na foto abaixo:

FOTO 21: Crianças quilombolas



Fonte: Acervo pessoal de Zezito Araújo, 2019.

A imagem acima traduz um sentimento identificado na expressão e no olhar de cada integrante do grupo, destacando aspectos de inibição, inquietação e esperança, sentimentos contraditórios, porém complementares no processo de formação identitária. A visita emblemática da técnica também serviu de alicerce para o deslocamento desse povo da clandestinidade para a visibilidade.

As comunidades quilombolas contemporâneas em Alagoas que viveram um longo período de invisibilidade, ressurgiram num novo contexto político, social e cultural. Porém, as disputas territoriais continuam presentes na atualidade e são associadas a batalhas diárias pela manutenção do pouco que foi conquistado frente ao tamanho da dívida existente e da ameaça de novos apagamentos pelos governos atuais.

O conceito de quilombo que na atualidade se adequa ao contexto dessas comunidades, é o de percebê-las como forma de organização, de luta, de um espaço conquistado e mantido através de gerações. As comunidades quilombolas representam a possibilidade de um direito a ser reconhecido. (COSTA, 2014, p.32)

A comunidade por longo período perdeu suas memórias e referências identitárias de matriz afro-brasileira, mas a partir da última década do século XX, por iniciativas de políticas reparatórias e de promoção da diminuição das desigualdades étnico raciais, a comunidade é identificada como a primeira a receber titulação no Nordeste graças a articulação na consolidação do processo de posse da terra no estado de Alagoas.

A comunidade do Povoado Tabacaria, a primeira a ser titulada no Nordeste profundo e ancestral da cana e dos mocambos, parece possuir as relações humanas necessárias e um desenvolvimento produtivo das pessoas e da terra que elas virão a ocupar. (BRASIL, 2005, p. 242)

Como condição para a certificação, a comunidade apresentou significativo uso do território, articulado com as marcas identitárias exigidas. Além disso, o território apresentou uma importância impar

nas memórias sobre os processos de fuga dos negros, destacando na narrativa a existência de esconderijos como a pedra denominada Furna dos Negros (foto nº 24), atualmente convertida em ponto turístico e testemunha de muitos relatos. Esse conjunto de elementos foram inconteste para o desenrolar do processo de reconhecimento da Tabacaria.

Foto 22: Furna dos Negros



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

A imagem acima simbolicamente representa o santuário de fuga dos escravizados. Lugar onde os negros faziam sua morada e, principalmente, seu esconderijo. A furna fica na reserva quilombola, em área de difícil acesso, por essa razão, foi um lugar seguro para as fugas dos escravizados.

Escondido do fazendeiro, que era dono disse daqui, escondido, lá dentro da pedra socado os quilombola quando vinha fugido da Serra da Barriga, vinha pela a Viçosa, saía em Tanque D'Darca, saía no Cabaceira e

saia nesta mata aqui. Quando era 12 hora da noite ia tudo caladinho, para dança o candobré, no pé de trapiá, fazia aquela roda. (Gerson Paulino dos Santos, 2019)

O relato de seu Gerson é centrado na perspectiva político da apresentar um argumento capaz de colocar a Tabacaria como território indiscutivelmente marcado pela tradicionalidade e pelo fluxo de negros, talvez antecedendo a posse dos fazendeiros ditos brancos. Tal narrativa também fortalece o argumento que sustenta a luta pela posse da terra e os procesos de ocupação que foram desencadeados.

Foi na ocupação mesmo. A gente vivia fora daqui obviamente e participamos da ocupação de terras do MST e havia brigas e mortes, mas aqui não houve. A comunidade em si já viviam aqui e fizemo parte dela, veio um pessoal da Fundação Cultural Palmares e disse: Olhe, não tem problema nenhum que vocês ficar aí, o problema é vocês ajudar a eles ficar na terra e quererem ser quilombola. (Amaro Felix Filho, 2020)

O discurso do movimento quilombola contemporâneo tem respaldo na legislação constitucional. De acordo com o Presidente dos Agricultores da Comunidade, “a gente só ouvia o povo falar quilombola, quando foi em 2005, na entrada de 2004 para 2005 daí nois foi para Maceió para um evento, daí nois ficou sabendo que quilombola era descendente de escravo.” (Aloísio Caetano da Silva, 2020) Ocasão em que o movimento quilombola na comunidade foi intensificado, inclusive com a realização de uma assembléia para a regularização deo território, evento registrado na fotografia a abaixo:

Foto 23: Assembleia de regularização do território



Fonte: Alexandre Cambraia N. Vaz, 2015.

A ação coletiva motivada por moradores oriundos da comunidade Tabacaria e por lideranças camponesas deram início a um processo de reivindicações por reconhecimento do território como propriedade de remanescente de quilombos. De acordo com a imagem acima, os remanescentes se apropriaram do conjunto de valores e referências que os fazer ser reconhecidos como descendentes de negros escravizados.

Tabacaria tem uma coisa bem peculiar referente às outras comunidades, porque normalmente as comunidades quilombolas, elas lutam pelo local exatamente onde estão. Ali em Tabacaria, por eles serem absolutamente discriminados eles acabaram tendo que fazer um acampamento para marcar território que uns caras tinham feito um empréstimo para comprar a

terras e não pagaram um real por isso né! E naturalmente a terra para o Banco do Nordeste. Lá quando eles perceberam que a gente tava entrando com um processo eles resolveram entrar na justiça para receber o dinheiro, eles entraram na justiça para receber. Eles sequer conheciam a terra. (Maria Bernadete Lopes da Silva, 2020)

As terras em disputa, que haviam sido invadidas por fazendeiros, eram devolutas, usadas como valor de moeda para aquisição de benefícios dos cofres públicos pelos mais ricos. Além de se apropriarem de terras indevidamente, exploravam o trabalho dos negros moradores da região, mesmo havendo uma legislação que assegurava aos negros o direito a identidade, a liberdade e ao território. Para Lopes (2020),

A Constituição, a Carta, ela é de fato uma Constituição cidadã. Agora, por incrível que pareça a Constituição deixou de cumprir um de seus artigos, quando se trata do artigo relativo a terras de remanescentes de quilombo. Por que tá lá dito que qualquer artigo transitório, passados 10 anos ele passa para o texto da constituição, ele deixa de ser transitório, e o 67 nunca deixou de ser transitório. (SILVA, 2020)

Nesta mesma perspectiva, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como instrumento de reparação: território, identidade e políticas de reconhecimento, “busca, antes de tudo, preservar a identidade cultural do grupo-alvo, identidade essa que estaria ameaçada de extinção na ausência de políticas públicas voltadas para sua preservação e perpetuação.” (VOGT, 2014, 156) Compreende-se que as reivindicações dos negros por direitos sociais são constantes e permanentes.

Apesar da Constituição ter sido promulgada em 1988, os avanços mais significativos, em cumprimento às suas determinações, só apareceram no início do século XXI, no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, quando comunidade como a Tabacaria de Alagoas receberam a tão esperada certificação e, posterior, titulação da posse da terra.

Regularizar as terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos constituiu-se num dos maiores desafios do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que revogou o anterior de número 3.912, de 10 de setembro de 2001, assegurou conquistas importantes para as comunidades quilombolas. Inúmeras inovações legais foram implementadas, de modo a privilegiar a edificação de um novo ramo do direito, o direito étnico, já prevalente em legislações comparadas como a da Austrália, Nova Zelândia e América do Norte, mas inusitado no Brasil. (LEITE, 2005, p. 98)

Nos governos do PT várias inovações foram incorporadas a legislação, sobretudo no que diz respeito ao direito étnico, fazendo com que o Brasil não mais destoasse de outros países em relação ao reconhecimento da tradicionalidade, ancestralidade e patrimonialização dos territórios negros.

O discurso do movimento quilombola contemporâneo tem respaldo na legislação constitucional. Para Gomes (2015), “no Brasil dos últimos anos, o debate sobre a reforma agrária tem se articulado às temáticas da questão social, em particular das comunidades negras rurais e remanescentes de quilombo. (GOMES, 2015, p. 126) Os movimentos sociais emblemáticos nos anos de 1980 alicerçou a luta dos trabalhadores rurais, assim como a luta pela reforma agrária.

Foi na ocupação mesmo. A gente vivia fora daqui obviamente e participamos da ocupação de terras do MST e havia brigas e mortes, mas aqui não houve. A comunidade em si já viviam aqui e fizemo parte dela, veio um pessoal da Fundação Cultural Palmares e disse: Olhe, não tem problema nenhum que vocês ficar aí, o problema é vocês ajudar a eles ficar na terra e quererem ser quilombola. (Amaro Felix Filho, 2020)

A ação coletiva motivada por moradores oriundos da comunidade Tabacaria e por lideranças camponesas deram início a um processo de reivindicações por reconhecimento do território como propriedade de remanescente de quilombos. Os remanescentes foram se apropriando de um conjunto de valores e referências que os faz ser reconhecidos como descendentes de negros escravizados, resultado de processos de territorialização, pois a

Tabacaria tem uma coisa bem peculiar referente às outras comunidades, porque normalmente as comunidades quilombolas, elas lutam pelo local exatamente onde estão. Ali em Tabacaria, por eles serem absolutamente discriminados eles acabaram tendo que fazer um acampamento para marcar território que uns caras tinham feito um empréstimo para comprar a terras e não pagaram um real por isso né! E naturalmente a terra para o Banco do Nordeste Lá quando eles perceberam que a gente tava entrando com um processo eles resolveram entrar na justiça para receber o dinheiro, eles entraram na justiça para receber. Eles sequer conheciam a terra. (Maria Bernadete Lopes da Silva, 2020)

As terras em disputas, invadidas pelos fazendeiros eram devolutas e usadas como valor de moeda para aquisição de benefícios dos cofres públicos em benefício dos mais ricos, além de se apropriar de terras indevidamente, exploravam o trabalho dos negros moradores daquela região, como escravizados antes da abolição e,

posteriormente, como servos.

Inicialmente as condições de sobrevivência desses quilombolas eram de extrema precariedade. Os moradores da comunidade trabalhavam para os fazendeiros da localidade, em condições desumanas e com baixíssima retribuição financeira (três dias de trabalho semanal sem remuneração em troca de sua existência). Ao romperem com as relações de trabalho com os fazendeiros, as condições de sobrevivência ficaram ainda mais difíceis, pois já não podiam contar mais com o trabalho nas fazendas e nem usufruir das benesses advindas da terra.

Para ilustrar tal situação, apresentamos a foto nº 26, pois consideramos que ela supera qualquer narrativa que possamos elaborar. A vida naqueles espaços excede qualquer definição que a literatura possa apresentar sobre vulnerabilidade, miséria, sofrimento e pobreza.

Foto 24: Barracos de lona



Fonte: Acervo da Associação de Moradores da Tabacaria, 2017.

Os quilombolas que aderiram ao movimento passaram a morar em barracos de lonas. O momento de mobilização foi bastante difícil e de resistência: os quilombolas sofreram muita discriminação dos não quilombolas e até de representantes políticos. Conforme a entrevistada Maria Bernadete Lopes da Silva (2020), “o prefeito passavam com a água pelo acampamento onde tava o pessoal e ia lá para Vila entregar água e deixava o pessoal aqui com sede.” Nesse momento, a atuação dos técnicos, principalmente da Fundação Cultural Palmares foram fundamentais para o fortalecimento da luta. Conforme Mello,

se é impossível precisar com certeza absoluta como a mobilização de comunidades negras rurais resultou na criação de um artigo constitucional que reconheceu como sujeitos de direitos os remanescentes das comunidades de quilombos, é inegável que as referências aos quilombos foram uma das formas pelas quais as percepções sobre as desigualdades raciais e sobre a necessidade de políticas compensatórias que efetivassem, finalmente, os direitos negados à população negra após a emancipação, foram canalizadas. (MELLO, 2012, p. 37)

No processo de mobilização, a comunidade sobreviveu basicamente dos programas sociais do Governo Federal, além do plantio de subsistência; entre tantas outras carências, a água potável se sobressai como principal necessidade. O apoio de técnicos de órgão governamentais foi fundamental para, diante dessas carências, não permitir que o grupo desistisse dos seus objetivos, além de se converterem em porta vozes diante das autoridades.

Ainda no campo das necessidades convêm destacar as condições sobrehumanas de moradia; as casas foram improvisadas com lonas de plástico, construções rudimentares de pau a pique (taipa), inexistência de energia elétrica, água encanada e banheiros. Na foto a seguir apresentamos uma dessas moradias:

Foto 25: Casa de taipa



Fonte: Tribuna do Sertão, 2014.

As casas dos moradores da comunidade, conforme a imagem acima eram mocambos feitos de taipa. Algumas cobertas com telhas, outras com lona ou palhas; as condições de moradia eram bastante precárias. As pessoas conviviam em um ambiente vulnerável, sem nenhuma proteção higiênica ou acesso aos serviços básicos.

São quase 400 pessoas, entre crianças, jovens e idosos morando debaixo de barracos feitos com pedaços de pau e coberto por uma lona. Água encanada não existe, energia elétrica chega por meio de gambiarras e arranjos feitos com pedaços de fios emendados. A escola mais próxima para as crianças estudarem fica numa distância de 14 km da comunidade. (Jornal Tribuna do Sertão, 20 de novembro de 2014)

O processo de mobilização foi bastante árduo e as condições precárias eram constantes na comunidade; as famílias ficaram expostas a chuvas, calor, poeira, ausências de infraestrutura básica. Não obstante, a ligação que os quilombolas da Tabacaria têm com a terra advém não somente do trabalho, o território reivindicado por eles, é o elo com seus ancestrais.

3.2 A conquista pela posse da terra

A terra representa para a comunidade um espaço de conquista jamais sonhado por esses trabalhadores rurais tão renegados, principalmente pela população local. Apesar das conquistas representarem um avanço histórico, a luta na atualidade perpassa pela necessidade de melhores condições de vida e pela igualdade étnica.

A despeito da resiliência da interpretação segundo a qual o Brasil constitui um exemplo de democracia racial, diversas perspectivas vêm demonstrando, ao longo das últimas décadas, o quanto esta ideia esconde não apenas práticas de preconceitos cotidianas e institucionais, mas também a existência de desigualdades enormes entre brancos e negros, decorrentes do passado escravista do país. (VISCARDI; PERLATTO, 2018, P. 459)

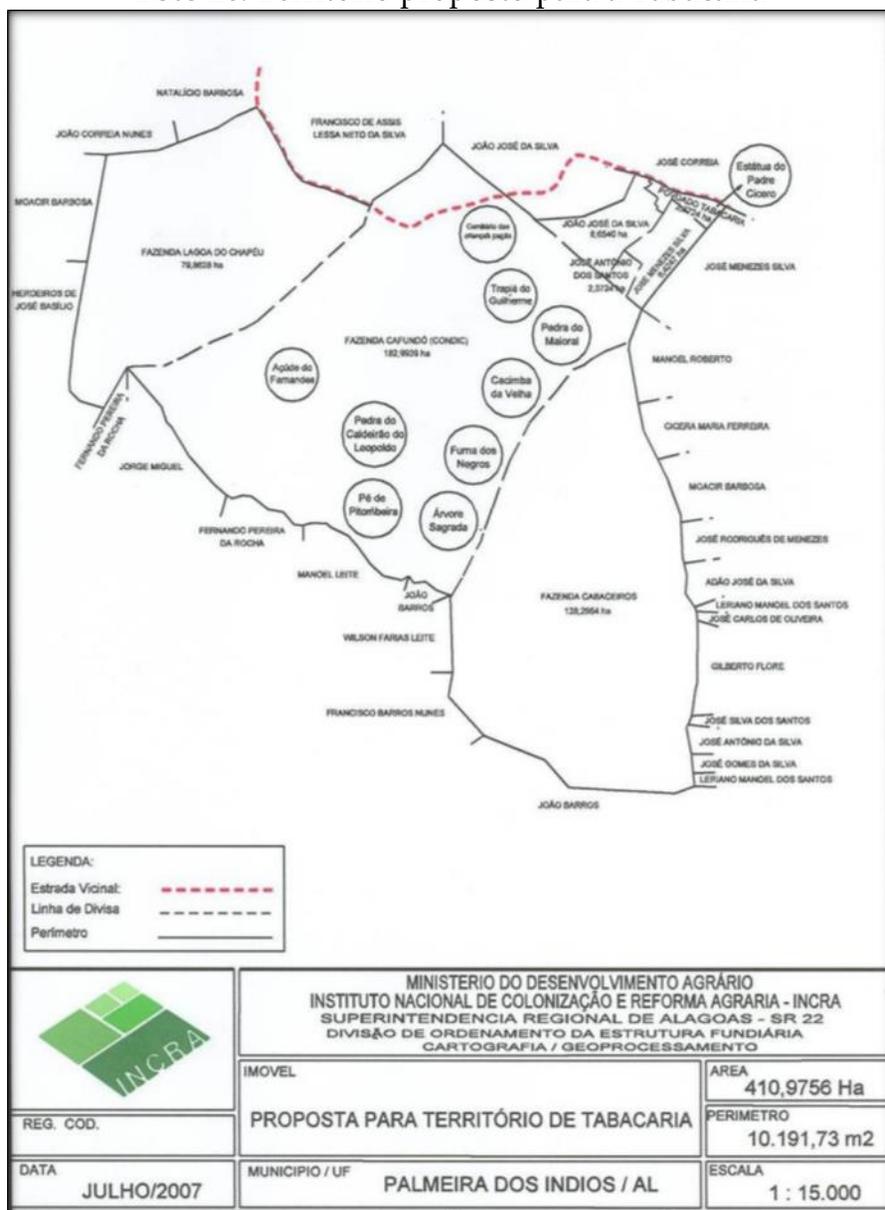
A luta dos remanescentes de quilombos se iniciou a partir dos novos movimentos sociais, principalmente do Movimento Sem Terra, que tomou proporções de referências étnico-raciais, correndo o risco de haver uma estagnação por conta das políticas, tanto internas da comunidade, como das entidades oficiais que se ausentaram em momentos posteriores ao processo judicial.

Na luta por uma territorialidade negada, seja pelas circunstâncias espaço-temporal, seja pelas constituições historicamente construídas, a organização desses grupos perpassa por uma série de aspectos intrínsecos que pode haver divisão de perspectivas no seio do próprio grupo.

A terra, para comunidades quilombolas, não é apenas a “terra de trabalho” do assentado “sem-terra” (e nisto não vai nenhum julgamento de valor em relação ao sujeito real e de direito da Reforma Agrária). Para um “quilombola”, a terra precisa ser necessariamente um “território” que guarda profundos vínculos com a própria identidade e forma de viver dos sujeitos, evoca memórias de pertencimento àquele lugar específico e laços de suor e sangue com os ancestrais dos quais descendem, um território que faz parte da história do grupo, assim como o grupo faz parte da história daquele pedaço do planeta. (LEPRI, 2007, p. 21)

Definidos os elementos que vinculam o homem ao território, foi necessário compreender os processos de espacialização, fronteiras, limites e divisão da área a ser usada coletivamente. Tal divisão, apresentada na imagem a seguir, consta do relatório antropológico daquela área.

Foto 26: Território proposto para a Tabacaria



Fonte: Cartografia da SR-22/INCRA Apud LEPRI, 2007.

O mapa, além de necessário para os processos legais, é um instrumento extremamente importante para situar as benfeitorias, aspectos geográficos, divisão territorial e ocupação do espaço, pois,

foi especialmente preparado pela Cartografia da SR-22/INCRA para facilitar o relato antropológico, mostrando os pontos históricos (e possivelmente arqueológicos) para a comunidade no território, as divisões do território entre as diversas propriedades e o Povoado Tabacaria [...]. O Acampamento fica na parte de baixo da estrada (linha pontilhada), na área atualmente reivindicada pela Fazenda Condic. (BRASIL, 2007, p. 127)

De acordo com a foto Nº 28, o processo de autoidentificação da Tabacaria atende as reivindicações daquele povo. De acordo com o laudo do processo, “são 40 famílias acampadas, outras tantas nos mocambos de telha do Povoado Tabacaria [...] que por muito antigos na terra não foram mexidos, mas que não podem legar esse direito a seus descendentes.” (BRASIL, 2005, p. 180) Documento elaborado e encaminhado à Fundação Cultural Palmares em 24 de agosto de 2005.

O discurso do movimento quilombola contemporâneo tem respaldo na legislação constitucional. No Decreto Nº 4.887 reafirma o que já havia assegurado às conquistas essenciais para o fortalecimento das lutas quilombolas. Só no ano de 2005 teve emitida a sua Certidão de Autoreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, através do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.

No ano de 2009, quando o Presidente Lula Inácio Lula da Silva assumiu a presidências da República, abriu-se uma janela para os quilombolas continuar no enfrentamento por direitos sociais, como

desdobramento disso, destacamos o certificado de reconhecimento da Tabacaria.

Foto 27: Certificado de reconhecimento da Tabacaria



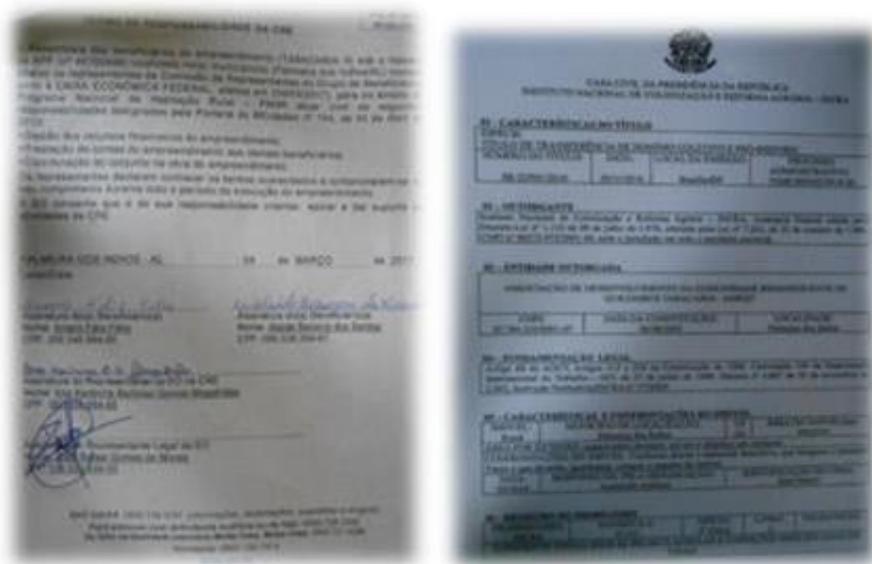
Fonte: Acervo do quilombola Amaro Feliz Filho, 2018.

O direito da posse de terras é relacionado à herança histórica e étnica do Quilombo dos Palmares. Observando a foto acima, exposta na parede da casa de Amaro Felix Filho, um dos integrantes do movimento na luta por direito a posse da terra na comunidade Tabacaria, demonstra a concretização de uma significativa conquista. Representa a certificação do reconhecimento de direitos historicamente negados. Convém, ainda, destacar que no bojo das ações do governo do PT a visibilidade e a preocupação com as minorias assumiu um caráter de cuidado especial.

No governo Lula, as ações direcionadas para a promoção da cidadania para a população negra ganharam novo impulso com a criação em 2003 da Secretaria de Políticas de Proteção da Igualdade Racial (Seppir) [...]. (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p. 460)

O decreto citado consolidou a regulamentação, identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes quilombolas. O título de posse de domínio coletivo foi concedido à comunidade, sob o Número SR-22/001/2016, com 400,01ha em 20/11/2016, conforme foto a abaixo:

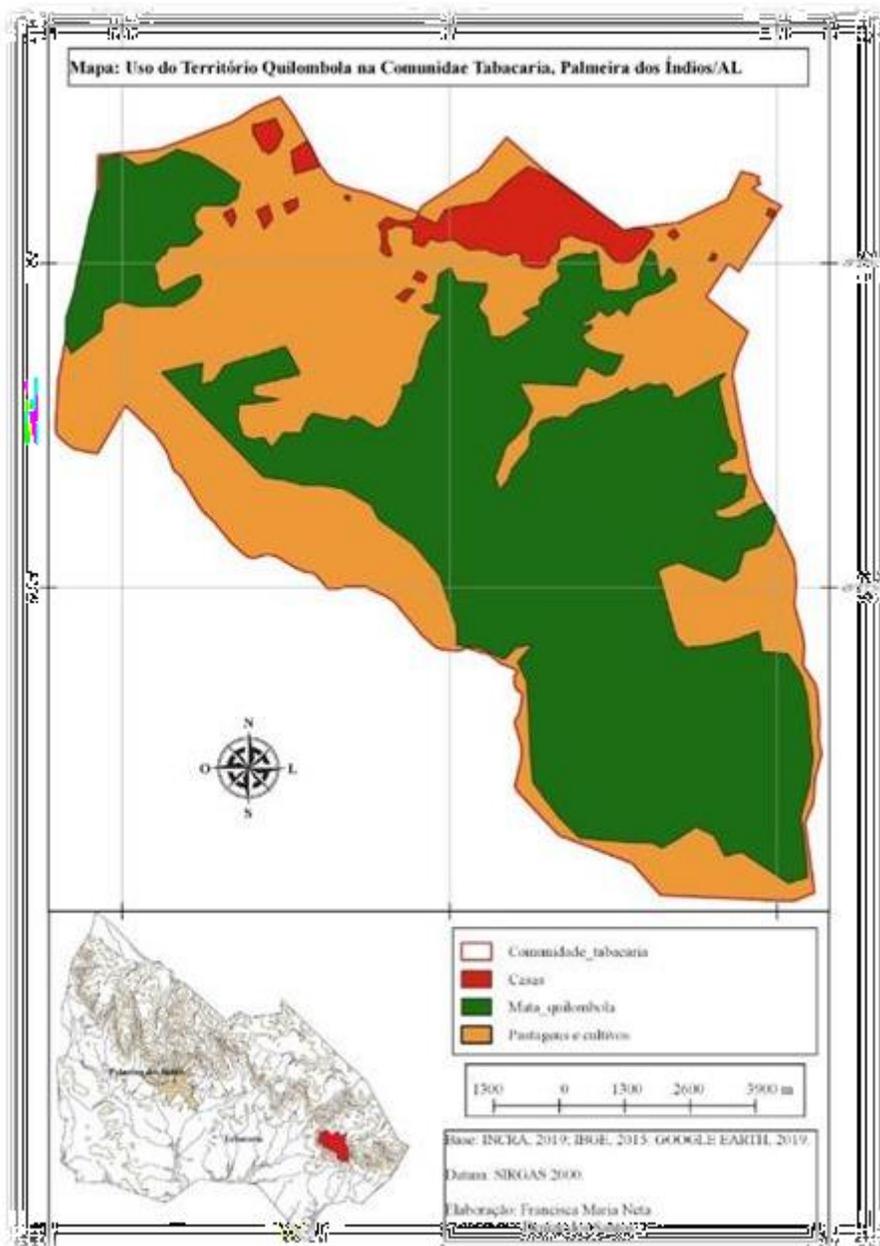
Foto 28: Título da posse da terra coletiva da Tabacaria



Fonte: Acervo do Associação de Moradores da Tabacaria, 2018.

O processo de luta, desde o começo das mobilizações até a consolidação da regulamentação, identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas são etapas de grandes resistências. O título de posse de domínio coletivo foi concedido à comunidade em 20 de novembro de 2016. A partir de então foi possível organizar a exploração e ocupação do terreno, conforme demonstrado no mapa N° 06.

Mapa 06: O Uso do Território da Tabacaria



Fonte: IBGE, 2016, EMBRAPA, 2019, Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos, 2020.

No mapa acima identificamos a divisão do território coletivo da comunidade, espaço para construção das casas, pastagem para cultivo e preservação da mata quilombola. Segundo seu Gerson, “hoje temos um pedaço de terra e tamos na boca do céu. Nossa vida melhorou muito.” (Gerson Paulino dos Santos, 2019) A posse da terra é coletiva, mas entre os moradores há uma organização interna. Eles têm criatório de gado, peixes e aves, além do plantio de feijão, milho e macaxeira. Há solidariedade entre os quilombolas; eles distribuem entre os pares o leite das vacas, hortaliças, peixes e demais produtos cultivados por eles.

Concomitantemente, as famílias passaram a receber do Governo Federal os benefícios de proteção social como bolsa família e bolsa escola, contribuindo para o mínimo de dignidade dos quilombolas. Em 13 de janeiro de 2017, as famílias remanescentes de quilombos receberam casas de alvenaria com energia elétrica, banheiro e cisterna, conforme apresentamos na foto a seguir:

Foto 29: Casa de alvenaria com cisterna



Fonte: Acervo pessoa da autora, 2018.

A analista em reforma e desenvolvimento agrário e antropóloga, Mônica Cavalcanti Lepri, em seu relato descreve que a nova identidade étnica da comunidade de Tabacaria pode ser considerada como um dos eventos que engendrou, quando ela descongela sua invisibilidade reivindicando os direitos de reconhecimento como remanescente de quilombo. (LEPRI, 2007) O espaço geográfico da comunidade quilombola da Tabacaria passa a representar na comunidade contemporânea um local de luta por direitos negados historicamente.

3.3 As políticas de proteção social

A atenção às necessidades dos grupos tradicionais se dá sob a forma de políticas compensatórias, como resposta tardia a um conjunto de reivindicações e mobilizações das comunidades, após estas tomarem conhecimentos das suas condições de povos historicamente espoliados. De acordo com um dos representantes mais antigos da comunidade, quando foi indagado se os moradores sabiam o significado de quilombola, ele respondeu:

Nunca tinha ouvido falar em quilombola, mas veio uma doutora dizer que somos quilombola, que descendemos de Zumbi dos Palmares e que temos direito a um pedaço de terra. Daí começou toda a explicação de nossos direitos, e a gente começou a entender isso. (Gerson Paulino dos Santos, 2019)

Diante da fala do Senhor Gerson, percebe-se que as condições de sua existência são, de certa maneira, modificadas em relação à tomada de consciência étnica. A partir de então, se deu início ao

processo de mobilização que culminou com a certificação e titulação da posse da terra e o posterior acesso aos benefícios sociais. Seja através dos programas sociais implementados na comunidade, seja pela autonomia das tomadas de decisão com a labuta da lavoura, ou até mesmo, pela autoidentificação de pertencimento a uma etnia que, nesse momento, representa positivamente a existência e sobrevivência da comunidade.

A busca por uma identidade que adormeceu no decorrer da sua historicidade ressurge nas referências imateriais do patrimônio cultural. Para justificar o pertencimento às referências das tradições afro-brasileiras, os quilombolas da comunidade passam a perceber os traços mais peculiares de suas ações culturais, que até então, haviam sido negadas pelo processo de desvalorização das suas referências ancestrais.

Se encontrar enquanto etnia e se identificar enquanto indivíduo é uma ação que requer uma ligação muito estreita entre o homem e o território por ele habitado, configurando suas marcas pessoais de modo a condicionar sua existência àquele espaço, pois, “a resposta aos fazendeiros não se traduz numa resistência guerreira ou numa fuga para longe, mas em uma negociação que tem por fim a tentativa de preservar, o quanto possível, o acesso aos recursos territoriais” (ARRUTI, 2006, p. 243). Na foto a seguir apresentamos um pouco dessa dinâmica, pois acreditamos que caminhar sobre o território também é uma forma de delimitar o seu pertencimento.

Foto 30: O horizonte de liberdade



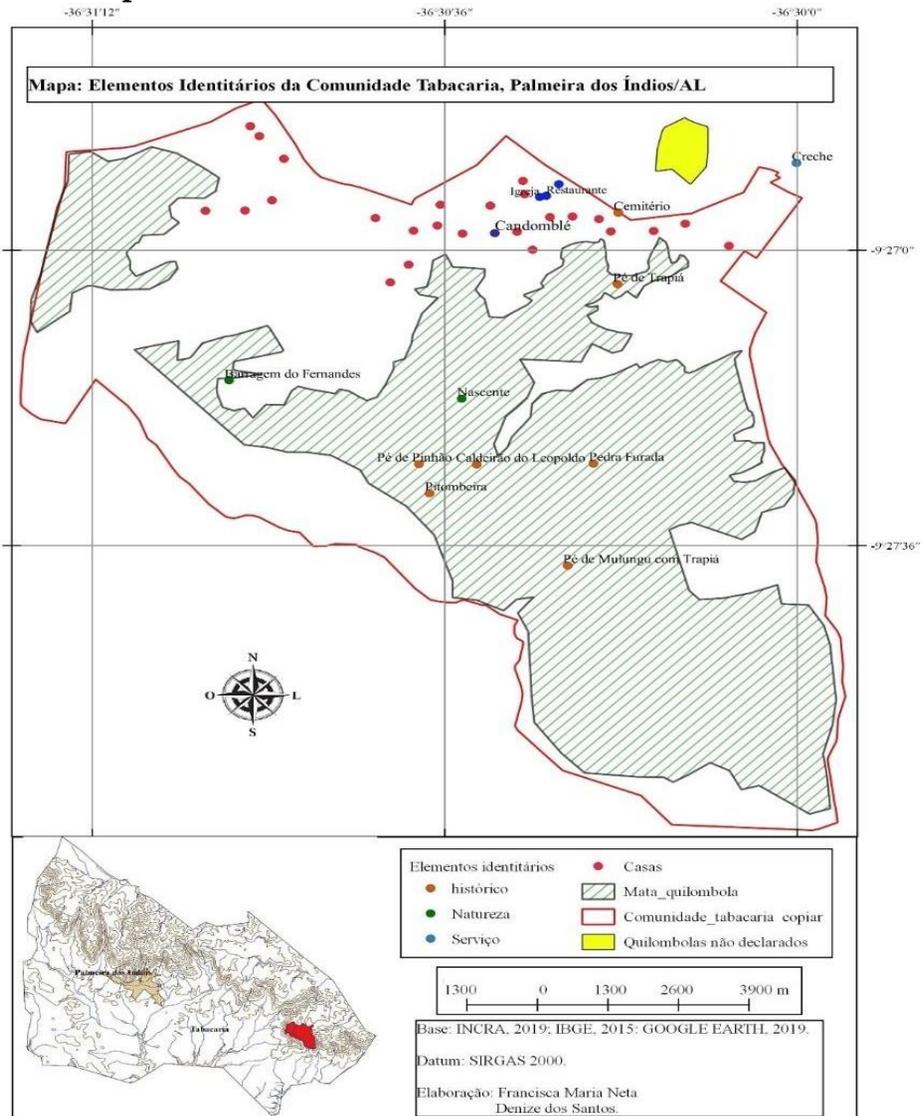
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

O horizonte de liberdade, visto na imagem acima, retrata o sentimento de pertencimento ao território conquista e construído com suor e sangue no alvorecer de cada dia, forjado com aspectos materiais e imateriais presentes nas manifestações cotidianas.

A Tabacaria apesar de mapeada, reconhecida e titularizada como quilombola em Alagoas, ainda encontra-se desassistida de direitos fundamentais à moradia, saúde, educação, assistência técnica e social pelo poder público. Tal situação se agravou a partir de 2016, colocando em risco as conquistas efetivadas, ameaçando uma volta à invisibilidade das referências tradicionais e patrimoniais daquela comunidade.

Apesar do arduo e moroso processo, a conquista do território não foi comemorada por todos os membros da Tabacaria. Alguns optaram pela não autoidentificação e preferiram residir à margem do território, condição que assinalamos no mapa a seguir.

Mapa 07: Elementos Identitários da Tabacaria



Fonte: IBGE, 2016, EMBRAPA, 2019, Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos, 2020.

Conforme o mapa 06, as casas dos quilombolas ficam um pouco distante uma da outras e ainda há um projeto para construção de 40 casas prometido pelo Governo Federal, mas que em 2016, com a saída da Presidenta Dilma Rousseff, o projeto foi engavetado, logo,

chegamos ao final da jornada com a sensação desconfortável de incompletude. Os progressos feitos são inegáveis mas foram lentos e não escondem o longo caminho que ainda falta percorrer. (CARVALHO, 2018, p. 219)

No momento de autoidentificação dos quilombolas, alguns moradores não quiseram ser cadastrados: apesar de serem quilombolas, moram, ainda, em casas precárias e fora do território da comunidade, área assinalada em amarelo no mapa.

Justifica-se esse entendimento de negação e esquecimento quando analisamos o processo de autoreconhecimento dos remanescentes de quilombos de Tabacaria, em que alguns componentes do grupo não se permitiram ser reconhecidos, por medo de associação a sofrimento, rejeição, preconceito e estigma, tendo, de alguma forma rompido com a mobilização de seus pares e, em contrapartida não foram contemplados com as casas de alvenaria e continuam residindo em mocambos conforme a foto N° 18.

Foto 31: Casa de quilombola não reconhecido



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

O reconhecimento e a posse de terras são balizas legais, mas entre a reivindicação e a expedição do título existe um longo processo marcado por várias polaridades como silenciamento e afirmação, invisibilidade e imposição de presença, apropriação de discursos e construções identitárias. Portanto,

ser quilombola é a pessoa mesmo se identificar e se declarar [...] Quilombola é aquelas famílias que foram se espalhando e depois viram se juntando [...] Então a distância e a junção são quilombo [...]. Então a família que se junta, a família que se declara e permanece naquele meio como quilombola. (Elson Paulino dos Santos, 2019)

Na luta por uma territorialidade negada, seja pelas circunstâncias espaço-temporal, seja pelas constituições historicamente construídas, a organização desse grupo perpassa por uma série de aspectos intrínsecos que pode haver divisão de perspectivas no seio do próprio grupo.

Nesse contexto, mergulhar no universo dos quilombolas da Tabacaria, implica de adentrar nas veredas do alto da serra onde habitam um povo que convive com os processos de aceitação e negação interna e externamente, gerando conflitos existenciais que marcam tanto quanto o olhar preconceituoso e perjorativo dos ditos donos da terra.

As comunidades quilombolas contemporâneas em Alagoas que viveram um longo período de invisibilidade, hoje estão identificadas no mapa das comunidades quilombolas em Alagoas. Dentre elas, a Tabacaria foi a primeira a ser certificada e a conquistar o título de posse da terra.

Povoado Tabacaria foi a primeira comunidade no Estado de Alagoas que reivindicou seu reconhecimento oficial como quilombola. O quilombo contou com uma corajosa e dedicada iniciativa de jovens e adultos que pesquisaram e registraram as histórias contadas pelos mais velhos, confiando que, por meio dessa memória sobre a valentia e a resistência à escravidão pelos seus ancestrais, conseguiriam fazer ‘emergir a força de Palmares’ favorecendo sua luta atual. (ESTELA DA COSTA, 2015, p. 08 e 09)

A análise sobre a maneira como os integrantes da comunidade quilombola Tabacaria percebem suas formas de existências, pertencimento, identidade, territorialidade e manifestações culturais e encontra-se ancorada na descrição dos seus hábitos e costumes e como estes estabelecem vínculos com o território habitado, considerando que tais percepções são os reflexos do seu cotidiano e das suas práticas enquanto construção coletiva.

CONCLUSÃO: algumas considerações

A história enquanto forma de conhecimento elaborado a partir de investigação, constitui uma representação do passado; um passado jamais transportado para o presente na sua totalidade, assim, a memória é a materialidade da representação do passado no presente.

A memória é constituída pelas flutuações do presente, pela constituição instaurada pela sociedade que vivencia a realidade no presente. Portanto, nem a história e nem a memória são capazes de dimensionar o passado na sua íntegra; um passado jamais transportado para o presente na sua totalidade, enquanto a memória é a materialidade da representação do passado no presente. No entanto, a memória e a história são indissolúveis para a compreensão humana.

As reflexões teóricas sobre a identidade, memória e território assumem uma importância fundamental na construção de saber. As explicações e posturas teórico-metodológicas do pensamento social de qualquer objeto de estudo, constituem uma postura política frente às mudanças que vão desde o âmbito econômico às práticas sociais, culturais e religiosas.

Para entender o contexto social das disputas políticas e socioculturais dos quilombolas contemporâneos foi necessário fazer uma digressão no processo histórico sobre o negro escravizado, desde o Brasil colonial. Identificando a realidade dos remanescentes de quilombos na segunda metade do século XX e início do século XXI na diminuição da desigualdade social e discriminação étnica no Brasil.

O objetivo da pesquisa foi de compreender como os remanescentes de quilombo da Tabacaria se percebem enquanto sujeitos históricos e constroem suas identidades a partir das memórias de seus antecedentes escravizados e reivindicam um território negado.

Neste sentido, memórias coletivas e individuais dos quilombolas da Tabacaria foram instrumentos necessários na construção de uma identidade coletiva para enfrentar a sociedade alagoana patrimonialista, preconceituosa e detidora de privilégios na sociedade atual que ainda está estruturada em valores conservadores.

Com a efetivação do Artigo 68 da Constituição de 1988 no período de 2003 a 2014, o estado de Alagoas foi inserido no contexto nacional das políticas de reparação aos povos tradicionais afro-brasileiros. Certamente, as políticas públicas não foram suficientes para corrigir as desigualdades gestadas em 500 anos; as marcas da escravidão foram institucionalizadas pelo racismo estrutural e reproduzidas pela sociedade brasileira na atualidade.

A história do campesinato brasileiro tem sido assinalada por injustiças, violências e dor. A luta pela reforma agrária travada pelos trabalhadores rurais coincide com a luta por um território dos quilombolas. Os estigmas e preconceitos étnicos fortaleceram a concentração fundiária por grupos sociais privilegiados no Brasil, notadamente em Alagoas.

A formação social de Palmeira dos Índios, desde seus primeiros moradores foi identificada como um lugar de disputas de índios, negros e invasores portugueses. A distinção social dos palmeirenses é assinalada por uma identidade dividida, cindida, nos

diversos aspectos que constituem a sociedade, sejam econômicos, sociais, religiosos ou culturais.

Os novos movimentos sociais da segunda metade do século XX, em especial o Movimento dos Sem Terra-MST foram fundamentais nas mobilizações políticas dos trabalhadores rurais. No processo de redemocratização, as reivindicações por direitos sociais, garantia de direito à posse de terra, proteção social e políticas públicas tiveram um papel fundamental na construção da Carta Magna de 1988.

O processo de reconhecimento, certificação e posse da terra pelos quilombolas da Tabacaria, apesar do respaldo legal da Constituição de 1988, só teve uma efetivação concreta a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores-PT, correspondente ao período de 2003 a 2014. Foi nesse período que os quilombolas foram beneficiados com aposentadoria, bolsa escola, construção de casas e cisternas, e outros benefícios sociais. Além da elevação da autoestima dos quilombolas em se orgulharem da sua etnicidade.

As comunidades remanescentes de quilombos na contemporaneidade devem ser levadas adiante como um compromisso na produção do conhecimento. Apesar do conceito de identidade apresentar um caráter fluido, faz-se necessário utilizá-lo para compreensão das memórias construídas pelos povos afro-brasileiros, assim como, entender como se procedeu a construção do reconhecimento a partir do processo histórico e das práticas e costumes vividos e reconstruídos pela a comunidade Tabacaria.

Para entender as políticas socioculturais destinadas as comunidades tradicionais de matriz africana é preciso mergulhar na história de um povo com uma lupa para ampliar a visibilidade. Os valores identitários estão presentes nas manifestações culturais, religiosas e nos saberes construídos, tais como, as danças, as cantigas, as rezas, as rodas de conversas, os causos, etc. No entanto, as práticas culturais que foram repassadas pelas gerações passadas, não são retomadas de forma tão rápida na Tabacaria.

O entendimento de que é ser quilombolas, um conceito elaborado e discutido nos espaços acadêmicos e apropriado pelos grupos políticos e partidários, não era compreendido pelos povos negros, tanto rurais quanto urbanos. Os negros sentiam na pele e compreendiam a discriminação racial, a desigualdade social e a violência física e simbólica. Se assumir enquanto quilombola, no processo de autoidentificação foi imensuravelmente doloroso, pois as lembranças do passado eram compadecidas de sujeitos escravizados.

No processo de mobilização, autoidentificação, certificação e posse da terra dos quilombolas da Tabacaria, algumas remanescentes não tinham se juntado ao grupo que enfrentou os fazendeiros da região, a “elite” local e os governos municipal, estadual e federal; negação explicada pelo medo do enfrentamento e baixa autoestima construída historicamente.

Entretanto, este sentimento de divisão não foi estimulado pela comunidade e a relação entre os pares é amistosa e solidária. Os quilombolas que não foram beneficiados pela posse da terra, casa, cisternas e auxílios sociais são acolhidos pelos contemplados. Juntos

lutam pela construção de novas casas, cisternas, escolas, postos de saúde para todos remanescentes. Assim, a constatação das políticas de reparação, de direitos e proteção social dos povos quilombolas não foram suficientes.

O caminho até então percorrido demonstra que ainda existe uma longa estrada a ser percorrida. No entanto, as políticas distributivas de proteção social não alcançaram as camadas sociais menos favorecidas e não são suficientes para proporcionar os direitos constitucionais e garantia de qualidade de vida, principalmente ao que se refere aos povos de tradições culturais de matriz afro-brasileira. A consolidação da cidadania está ainda atrelada a muitas disputas, sejam elas simbólicas ou físicas.

O caminho da liberdade ainda é uma vereda espinhosa....

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Carta Corografica de 1893 do Estado de Alagoas.** Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas. In: <http://dados.al.gov.br/dataset/c2c521da-dc0b4943-b517-0ac247041865/resource/daf478df-ab624481-adb8-7c0148b44e4c/download/imagem1historico.jpg> Acessado: 20 de março de 2019.

ALAGOAS. **Mapa da Mesorregiões do Estado de Alagados.** Planejamento, Gestão e Patrimônio - Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoa In: <http://www.seplag.al.gov.br/mapas-de-alagoas>. Acessado: 20 de março de 2019.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos:** novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.

AMORIM, Helder Remigio de. **Entre a mercearia e o supermercado:** memórias e práticas comerciais. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

ARAÚJO, Zezito. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2019.** Zezito de Araújo – Professor aposentado da UFAL, militante do Movimento Negro de Alagoas e Secretário de Governo da Proteção das Minorias no período de 2001 a 2005.

ARAÚJO, Zezito. **Foto o futuro das crianças quilombolas.** Maceió: Acervo pessoal de Zezito Araújo, 2019.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambos:** antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2006.

BARROS, Ivan. **Simão Dias**: o escravo e o sonho de liberdade. Palmeira dos índios: Impresso no Brasil, 2018.

BARROS, Ivan. **Abrindo a janela do tempo: memória e história**. Alagoas: Editora Graciliano Ramos, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. **Processo de Autoidentificação do Povoado Tabacaria em Palmeira dos Índios**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 31 de agosto de 2007.

BRASIL. Foto do Processo de Autoidentificação do Tabacaria, *In: Processo de Autoidentificação do Povoado Tabacaria em Palmeira dos Índios*. Fundação Cultural Palmares, Brasília, 31 de agosto de 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8 Ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CABRAL, Míriam de Lima; MARIA NETA, Francisca. A cidade em imagens: história e memória da rua José Pinto de Barros no acervo de Luiz Byron Torres em Palmeira dos Índios/AL. *In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes. Fragmentos da História de Alagoas*: cultura, memória e patrimônio. Recife: Libertas, 2019.

CABRAL, Míriam de Lima. **Foto da Estação de Trem de Palmeira dos Índios**. **Palmeira dos Índios**: Acervo Pessoas de Míriam de Lima Cabral, 2018.

CABRAL, Miriam de Lima. **Foto da Casa Museu Graciliano Ramos Palmeira dos Índios**: Acervo Pessoal Míriam de Lima Cabral, 2018.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO. Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 2. ed. Maceió: Grafitex, 2016.

CARVALHO. José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COMUNIDADE TABACARIA. **Foto da banda de pífano**.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/turismoquilombotabacaria/> Acessado em: 12 de janeiro de 2020. (Fotografia Collor)

COSTA, Joseane Santos. **Um estudo sobre a comunidade de remanescentes quilombolas Tabacaria**: território e memória. Palmeira dos Índios: Curso de História (trabalho de Conclusão de Curso), UNEAL: Palmeira dos Índios, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DUARTE, Abelardo. **As Alagoas na guerra da independência**. Maceió: Arquivo Pulico de Alagoas/Gráfica da Editora Universitária Federal de Pernambuco, 1974.

ESTELA DA COSTA, Ana Carolina. **Comunidade quilombola Povoador Tabacaria**. Belo Horizonte: NUQ/FAFICH: OJB/FAFICH, 2015.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FILHO, Amaro Felix. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2020**. Amaro Felix Filho – Ex presidente da Associação de Moradores da Tabacaria.

FILHO, Amaro Felix. **Foto do Certificado do Decreto de reconhecimento da Tabacaria**. Palmeira dos Índios: Acervo do quilombola Amaro Feliz Filho, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social**. São Paulo: Claro e Enigma, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma (Coleção Agenda Brasileira), 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/Remanescentes de quilombos. *In*: SCHWARC, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IVANI. **Primeira comunidade quilombola reconhecida em Alagoas sofre descaso pelo poder público**. Jornal Tribuna do Sertão, 20 de agosto de 2014. *In*: <https://www.tribunadosertao.com.br/2014/11/primeira-comunidade-quilombola-reconhecida-em-alagoas-sofre-descaso-do-poder-publico/> Acessado: 15 de agosto de 2017.

JORNAL. O Índio. **Foto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos**. Jornal – O Índio. Ano II, num. 52, 1921 (Acervo Bayron Torres – GPHIAL/UNEAL), 2019.

JORNAL. Folha da Manhã. **Foto de Palmeira dos índios quer ter ferrovia.** Palmeira dos Índios: Jornal Folha da Manhã, 31/1/1931 (Acervo do GPHIAL/UNEAL), 2019.

JORNAL. O Bandeirante. **Foto de Xangô em Palmeira dos Índios.** Palmeira dos Índios, 25 de janeiro de 1970, nº 11, ano II (Acervo do GPHIAL/UNEAL), 2019.

JORNAL. Tribuna do Sertão. **Foto Casa de Taipa.** Palmeira dos Índios: Tribuna do Sertão, 2014.

JORNAL. **Jornal Tribuna do Sertão:** Palmeira dos Índios: Jornal Tribuna do Sertão, 20 de novembro de 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HALL Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2011.

HALL Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARTOG, François. **Regimes de historicidades:** presentismo e experiências do tempo. Trad. Andréa Souza de Menezes *et all.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção História e Historiografia)

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura (coord.). **Territórios quilombolas:** reconhecimento e titulação de terras. Boletim Informativo NUER/ Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas- v.2, n. 2- Florianópolis, NUER/ UFSC, 2005.

LEPRI, Mônica Cavalcanti. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo do Povoado Tabacaria**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Palmeira dos Índios, 2007.

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola**: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: EDUFAL, 2011.

LINDOSO, Dirce. **O grande sertão**: os currais de boi e o índio de corso. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2011.

MARIA NETA, Francisca; BEZERRA, Deisiane da Silva. A História do Cinema no Município de Palmeira dos Índios e sua resignificação na atualidade: uma leitura da contribuição do cinema na construção do conhecimento histórico. *In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, Natal/RN, 22 a 26 de julho de 2013.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize dos. O ensino do processo de formação territorial de Alagoas através da cartografia histórica. **Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis/RJ, 25 a 28 de nov. 2013.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize. Mapa do Deslocamento dos Quilombolas da Serra da Barriga até a Comunidade Tabacaria. Palmeira dos Índios: **IBGE**, 2016, EMBRAPA, 2019, (Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize. Mapa dos Territórios Quilombolas no Estado de Alagoas – 2019. Palmeira dos Índios: **IBGE**, 2016, EMBRAPA, 2019, (Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize. Mapa da Localização da Comunidade Tabacaria no Município de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios: **IBGE**, 2016, EMBRAPA, 2019, (Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize. Mapa dos Elementos Itentitários da Comunidade Tabacaria, Palmeira dos Índios/AL. Palmeira dos Índios: **IBGE**, 2016, EMBRAPA, 2019, (Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize. Mapa do Uso do Território Quilombola na Comunidade Tabacaria, Palmeira dos Índios/AL. Palmeira dos Índios: **IBGE**, 2016, EMBRAPA, 2019, (Elaborado por Francisca Maria Neta e Denize dos Santos), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize dos; RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos. Populações considerada em relação às profissões Parochia de N. S. do Amparo da Palmeira dos Índios. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Província de Alagoas. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf
Acesso em: 20 de janeiro de 2020. (Elaborado por Francisca Maria Neta, Denize dos Santos e Yuri Franklin dos Santos Rodrigues), 2020.

MARIA NETA, Francisca; SANTOS, Denize dos; RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos. Quadro geral da população da Parochia de N. S. do Amparo da Palmeira dos Índios. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Província de Alagoas. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf
Acesso em: 20 de janeiro de 2020. Elaborado por Francisca Maria Neta, Denize dos Santos e Yuri Franklin dos Santos Rodrigues), 2020.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos quilombos**: territórios de memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Tiago Barbosa. **Mata da Cafurna: ouvir memórias, contar histórias – tradição e cultura do Povo Xucurú-Kariri**. Maceió: Edições Catavento, 208.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil** (Org.). Maceió: EDUFAL, 2001.

NASCIMENTO, Maria dos Santos. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2019**. Maria dos Santos Nascimento – mãe de sando do Candomblé na Tabacaria.

NEVES, Mary Hellen Lima das. **Os Índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no semiárido alagoano (1979 a 2016)**. Programa de Pós Graduação em História da UFAL (Dissertação de Mestrado), Maceió, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *In: Projeto História*. São Paulo, (10), dez. 1993.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS. **Foto da Barracos de lona**. Acervo da Associação de Moradores da Tabacaria, 2017.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS. **Foto do Título da posse da terra coletiva da Tabacaria**. Acervo do Associação de Moradores da Tabacaria, 2028.

PACHECO, Ricardo de Aguar. O patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador. Dossiê: ensino de história, patrimônio e memória. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História – UNICAP**, V. 4, N. 7, 2017.

PARANHOS, Aline de Freitas Lemos. **Foto da A presença Negra no Museu Xucurus**. Palmeira dos Índios: Acervo Pessoal de Aline de Freitas Lemos Paranhos, 2017.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto:** os Xucuru-Karirinos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. João Pessoa: Programa de Pós Graduação em antropologia da UFPB (Dissertação de Mestrado), João Pessoa, 2013.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto:** os Xucuru-Karirinos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. Maceió: Olyver, 2019.

PEIXOTO, José Adelson Lopes; MARIA NETA, Francisca. Palmeira, de quem? Formação e emancipação de Palmeira dos Índios-Al. **Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A interdisciplinaridade da História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura.** Delmiro Gouveia/AL. Publicado em 08/01/2019.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas.** Rio de Janeiro: Record, 2009, n/p.

RAMOS, Graciliano. **Relatórios de Graciliano Ramos publicados no Diário Oficial.** Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

RÁDIO. Rádio Sampaio. **Foto da Barragem da Aldeia Indígena Mata da Cafurna.** Palmeira dos índios: Assessoria da Rádio Sampaio de Palmeira dos Índios, 12 de julho de 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática. 1993. (Série Temas – Volume 29 Geografia e política).

ROCHA, Liliane Santos da. **Remanescentes quilombolas da comunidade Tabacaria:** história e memória. Curso de História da UNEAL/CAMPUS III (Monografia de Graduação), Palmeira dos Índios, 2019.

ROCHA, Liliane Santos da. **Foto de Dona Vicentina na luta pelo reconhecimento.** Palmeira dos Índios: Acervo Pessoal de Liliane Santos da Rocha, 2019.

ROMERO, Henrique. **Foto do Cristo Redentor na Serra do Goití**, Maceió: Alagoas na Net, (Henrique Romeiro / Assessoria), 20 de agosto de 2019.

SAMUEL, Rafael. História Local e história oral. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo V. 9 N. 19, pp. 219-243 set.1989/fev.1990.

SENA, Franciele Roberta Rocha; **A Presença negra no Museu XUCURUS: da visibilidade à invisibilidade em Palmeira dos Índios/AL**. Curso de História da UNEAL/CAMPUS III (Monografia de Graduação), Palmeira dos Índios, 2019.

SANTOS, Elson Paulino dos. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2019**. Elson Paulino dos Santos – Presidente da Associação de Moradores da Tabacaria.

SANTOS, Gerson Paulino dos. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2013**. Gerson Paulino dos Santos – quilombola da Tabacaria.

SANTOS, Gerson Paulino dos. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2019**. Gerson Paulino dos Santos – quilombola da Tabacaria.

SILVA, Aloísio Caetano. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2010**. Aloísio Caetano da Silva – Presidente da Associação dos Agricultores da Tabacaria.

SILVA, Maria Bernadete Lopes da. **Entrevista realizada por Francisca Maria Neta em 2020**. Maria Bernadete Lopes da Silva – Diretora do Proteção do Patrimônio Afro Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, no período de 2003 a 2008.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. **Território, poder e múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos: narrativa e memória como mediação na construção do território dos povos tradicionais**. Aracaju: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo (Tese de Doutorado), UFS: Aracaju, 2010.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. Comunidade de remanescentes de quilombos da Tabacaria: um território em construção. ALMEIDA, Luiz Sávio; LIMA, José Carlos da; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013.

SILVA, João Paulo Omena. **Entre o soar dos sinos e o apito do trem: modos de pensar o Museu Xucurus de Palmeira dos Índios/AL**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Dissertação de Mestrado), Maceió, 2017.

SILVA, Larissa Wênia Nicácio da. **Histórias da escravidão e comércio de gente em Palmeira dos Índios – AL (1878 a 1887)**. Curso de História da UNEAL/CAMPUS III (Monografia de Graduação), Palmeira dos Índios, 2018.

SILVA, Maria Roberta Guerra da. **Entre o vivido e o ressignificado: Estação Ferroviária de Palmeira dos Índios**. Curso de História da UNEAL/CAMPUS III (Monografia de Graduação), Palmeira dos Índios, 2019.

TORRES, Luiz Barros; BRANCO, José Delfim da Mota. **Bandeira de Palmeira dos Índios - 1966**. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPIAL, 2020.

TORRES, Luiz Barros. **Tilixi e Txiliá – lenda da fundação da cidade de Palmeira dos Índios. 1971**. Disponível no acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPIAL, 2020.

TORRES, Luiz Byron. **Cronologia do escritor Luiz B. Torres. [199-]**. Disponível no Acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPIAL, 2020.

VAZ, Alexandre Cambraia N. **Foto da Assembleia de Regularização do Território – 2006**. ESTELA DA COSTA, Ana Carolina. Comunidade quilombola Povoado Tabacaria. Belo Horizonte: NUQ/FAFICH: OJB/FAFICH, 2015.

VISCARDI, Cláudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 447-477 (O Brasil Republicano)

VOESE, Ingo. **O movimento dos sem-terra na imprensa**: um exercício de análise do discurso. Ijuí: Uninjuí, 1997 (Coleção Ciências Sociais) VOGT, Gabriel Carvalho. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como instrumento de reparação: território, identidade e políticas de reconhecimento. *In*: **O Social em Questão**. Ano XVII - nº 32 – 2014.

WOODWARD, Kathyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e econômica. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed., Petrópolis: Rio de Janeiro, 2014.

A narrativa histórica sob o signo da resistência

Caro leitor, as páginas deste livro foram marcadas por um tempo de negacionismos, de dores, de ataques à cidadania, mas sobretudo de muita resistência. Os caminhos e as lutas pela liberdade de uma comunidade quilombola do interior do estado de Alagoas encontram-se agora registrados no mundo da historiografia. A autora, fortemente inspirada por Graciliano Ramos, percorreu com a sua narrativa o relevo sinuoso da comunidade de Tabacaria e nos presenteou com imagens, sons e histórias de sujeitos que percorreram longos caminhos. Concomitantemente, o percurso de uma rigorosa pesquisa foi trilhado em um momento histórico no qual o reconhecimento das comunidades quilombolas caiu drasticamente.

No premiado filme *Bacurau* (2019) de Kleber Mendonça Filho, o personagem Luma proferiu a seguinte frase: "A gente tá sendo atacado!" Nesse momento relembramos o escritor irlandês Oscar Wilde com a sua célebre frase: "a arte imita a vida, e a vida imita a arte". Os direitos sociais garantidos pelas Constituição de 1988 estão sendo duramente atacados, entre esses está o direito à terra. Desse modo, se faz importante destacar que entre os anos 2003 e 2016 o Brasil teve governos que cumpriram a Constituição com a inspiração do conceito de cidadania.

As discussões presentes nesta obra revelaram um profundo diálogo com a história do tempo presente. Ao destacar as faces da territorialização da Comunidade de Tabacaria, bem como o processo

de resignificação das memórias e das práticas identitárias dos seus integrantes. A autora cumpriu com a premissa fundamental para uma historiadora. Deste modo, promoveu um diálogo permanente entre os "passados-passados" e as demandas sociais do presente.

A dimensão cartográfica desta obra deve ser ressaltada. Os mapas localizam o leitor e encontram-se em perfeita sintonia com a narrativa. Em um jogo de diacronia e sincronia, a autora percorreu as várias temporalidades que envolvem a temática. Os tempos das primeiras ocupações do território, as marcas da escravidão, os jogos de escalas entre o local e o global, contribuem para dar dimensão histórica as lutas sociais dos Quilombolas. Desse modo, os movimentos da escrita demonstram a articulação entre os acontecimentos de um tempo longo e os enfrentamentos do presente.

O surgimento dos personagens de Tabacaria (Seu Gerson, Dona Vicentina e Elson) representam o ponto alto do livro. A análise dos relatos orais de memória proporciona a compreensão sobre os processos de apropriação do "ser quilombola" e de como essa questão está relacionada com os governos progressistas que criaram mecanismos para cumprir a Constituição com as políticas públicas voltadas para as comunidades afrodescendentes.

Ao longo da leitura foi possível analisar a construção bem sucedida do *Corpus Documental* da pesquisa no que diz respeito às fontes impressas, mas principalmente a valorização do entrecruzamento com os relatos orais de memória. Esses percursos metodológicos permitiram que a autora problematizasse os valores identitários, as manifestações culturais, religiosas e dos saberes

construídos como o reisado, as cantigas, as rezas, as rodas de conversas e os causos.

Por fim, vale ressaltar que esta obra teve como desdobramento, resultado de uma ampla pesquisa histórica, a produção de um documentário. O historiador francês Marc Ferro afirmou que o saber contemporâneo passa necessariamente pelas imagens. Nesse sentido, a autora decidiu compor uma narrativa imagética, buscando o encontro entre a narrativa histórica e o gênero do documentário, conseguindo dar movimento e cor às histórias que desejou contar. Os rostos dos personagens, as mãos marcadas pelo trabalho, e as curvas dos caminhos de luta pela liberdade ajudam o leitor a refletir sobre os desafios que as comunidades remanescentes quilombolas enfrentam no Brasil.

Recife, 28 de julho de 2021.
Helder Remigio de Amorim
PPGH-Unicap

SOBRE A AUTORA



Francisca Maria Neta, Doutoranda em História pela Universidade de Lisboa. Mestre em História pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. Especialista em Ensino de História: novas abordagens pela Faculdade São Luis de França - FSLF e Licenciada em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Tem experiência na área de História, leciona Metodologia Científica e Teoria da História, atuando principalmente nos seguintes temas: Patrimônio Cultural, Identidade, Memória, Territórios Tradicionais (Comunidades Quilombolas), História e Cinema e Políticas Culturais. Coordena o sub projeto de História - PIBID/CAPES/UNEAL e o Núcleo de Estudos do Patrimônio, Identidade e Memória - NEPIM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7982-494X>

ORELHA DA VERSÃO IMPRESSA

O trabalho realizado pela pesquisadora Francisca Maria Neta se configura como resultado de um cuidadoso processo envolvendo: intensa pesquisa bibliográfica, profícua análise documental e rigorosa pesquisa de campo sobre os negros escravizados no Brasil. Ao final da ação, o compromisso com a questão quilombola se sobressaiu à produção acadêmica e recebemos este livro como fruto de uma escrita primorosa, lapidada pelo aparato teórico que a norteou, convertendo-se em instrumento para compreender e refutar as três principais chagas presentes na “elite” social do Vale da Promissão: o racismo, o patrimonialismo e o patriarcalismo.

A escrita e difusão dos processos que envolveram a disputa pela posse do território Quilombola da Tabacaria assumiram, na narrativa de Francisca Maria Neta, importância vital, pois além de espaço para produção da sustentabilidade é um espaço de reprodução da vida, de pertencimento étnico, de relações do homem com a ancestralidade e de manutenção das práticas identitárias.

José Adelson Lopes Peixoto

UNEAL /GPHIAL, 2021

QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em www.editoraolyver.org você tem acesso a novidades e conteúdos exclusivos. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:



[facebook.com/editoraolyver](https://www.facebook.com/editoraolyver)



[@editoraolyver](https://twitter.com/editoraolyver)



[Instagram.com/editoraolyver](https://www.instagram.com/editoraolyver)

The logo graphic for Olyver, featuring a stylized green fan or book shape above the word 'OLYVER'.
OLYVER
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

*Ser quilombola é a pessoa ser negro e querer ser!
Querer ser quilombola, não importa a quantidade!
É você chegar num canto assim e dizer: eu sou quilombola!
Eu sou negro, eu me orgulho ser negro!
Eu mesmo, eu me orgulho de ser quilombola e de ser negro!
O negro antigamente não sabia o valor que tinha, eu mesmo não sabia.*

*Gerson Paulino dos Santos,
Comunidade Quilombola Tabacaria*

